



Colheita de soja em Cascavel, Paraná

1

DESENVOLVIMENTO, ACUMULAÇÃO
DE CAPITAL E DESAFIO DA INCLUSÃO
PRODUTIVA



O MUNDO RURAL NO NOVO SÉCULO (UM ENSAIO DE INTERPRETAÇÃO)¹

Zander Navarro

1 INTRODUÇÃO

Propõe-se, como argumento principal e vetor explicativo determinante, que o conjunto de recentes transformações estruturais identificado com um setor econômico-produtivo, a agropecuária, fomentou a gênese e o desenvolvimento de um “novo período” na história rural brasileira. Trata-se de uma nova fase, entendida não como uma simples passagem sinalizada por poucos indicadores, ainda que significativos, mas um *momento de inflexão histórica* que vem animando e convergindo diversas e abrangentes mudanças, as quais representam nítida ruptura com tendências e processos anteriores. Constitui-se, portanto, em momento divisório singularmente distinto, não sendo “um mero fato cronológico, mas expressa também a ideia de passagem, *de ponto de viragem*, ou até mesmo de retratação em relação à sociedade e aos valores do período precedente” (Le Goff, 2015, p. 12, grifo nosso). O argumento pretende identificar, portanto, a existência de um “corte estrutural” no desenvolvimento agrário brasileiro, rompendo-se com a maioria dos liames relacionados ao passado. Seu epicentro é a natureza essencialmente distinta do processo de acumulação de capital, que gradualmente vem assumindo facetas inéditas e determinadoras de um *novo padrão agrícola e agrário*, cujas principais implicações são sintetizadas adiante.

Reações de ceticismo em relação a esse argumento geral e minimização de sua importância não deveriam surpreender. As dúvidas sobre a ocorrência do “novo padrão” talvez sejam decorrentes de duas razões principais. De um lado, inexiste nas ciências sociais brasileiras uma tradição de “estudos sobre periodização”, um campo próprio dos historiadores quase sempre ignorado por cientistas sociais.² Embora sempre enfatizando “novidades” em suas análises, os estudiosos usualmente não especificam a existência de conteúdos efetivamente demarcadores entre os fatos que

1. Agradeço (fortemente) a leitura atenta e generosa e os comentários rigorosos oferecidos a uma versão preliminar por Antônio Márcio Buainain, Carlos Augusto Mattos Santana, José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, José Garcia Gasques e Maria Thereza Macedo Pedroso. Como é de praxe, todos os erros remanescentes são de exclusividade única do autor do capítulo.

2. Consulte-se, para tanto, Navarro (2001; 2010).

apontam, preferindo situá-los *constitutivamente* nos processos de desenvolvimento de longo prazo, sem apontar fases que seriam distintas entre si. Por esse ângulo, portanto, existiria apenas um processo geral – o crescimento da economia agrícola ou, mais genericamente, o “desenvolvimento agrário” –, e as mudanças temporais observadas não passariam de eventos de menor importância prática, algo como “variações ou subtipos da tendência geral”.³

De outro, a segunda razão, por certo, decorre da presença expressiva de tradições teóricas marxistas rigidamente ortodoxas que inspiram parte das ciências sociais brasileiras. Essas são narrativas que adotam uma obrigatória premissa anticapitalista e, portanto, demandam a frequente menção das facetas deploráveis de nosso passado rural – da desigual distribuição da terra às situações iníquas, como o escravismo ou a falta de direitos sociais no campo. Por uma exigência teórica de reiteração dos aspectos estruturais de longo prazo e também a condenação política e moral, ainda que implícita, do regime econômico dominante, os pesquisadores que seguem esta ortodoxia teórica rejeitam *in limine* a existência de períodos sequenciais, pois existiria um eixo explicativo histórico, contínuo e de longa duração como pressuposto para a interpretação – o capitalismo. Por esta segunda razão, a observação de Le Goff (2015) seria ontologicamente impossível de ser defendida por estudiosos marxistas, já que a “retratação em relação à sociedade anterior” se tornaria logicamente insubsistente.

Esse é um ensaio que procura refletir sobre a emergência, o estado atual e as prováveis facetas futuras que tipificaríamos o novo período do desenvolvimento agrário brasileiro. Todas elas, direta ou indiretamente, afetam o crescimento imediato e futuro do setor agropecuário. São apresentadas sucintamente, nas seções seguintes, as marcas registradas que seriam as mais decisivas desse padrão emergente e, ao final, esboçados cenários possíveis nos anos vindouros. A característica principal da nova fase é indicar, nitidamente, uma ruptura com a maior parte dos componentes que vinham configurando o passado rural do Brasil. Sem exagero, pode-se insistir que se observa a passagem do antigo Brasil agrário para um novo Brasil agrícola, assim sugerindo um intenso processo de “des-agrarianização” da vida social (e da produção) nas regiões rurais.⁴

3. Uma ilustração emblemática foi o desenvolvimento do projeto “Novo rural”, coordenado por José Graziano da Silva na década de 1990, o qual reuniu um importante grupo de cientistas sociais, especialmente economistas rurais ligados a diversas instituições. Não obstante inúmeras e relevantes conclusões empíricas analisadas pelo projeto, sobretudo as verificadas a partir de estudos das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (Pnads), o projeto foi incapaz de interpretar mudanças estruturais no “capitalismo agrário”, pois esse sempre foi o fio condutor principal, que estaria “acima de fases” demarcadoras. Em um importante livro, aquele autor enfatizou o enfraquecimento da “dimensão agrária” (Silva, 1999, p. 29), ou a presença crescente do capital financeiro (*op. cit.*, p. 4), além de indicar as mudanças do emprego rural, sugerindo que as formas “não agrícolas” de trabalho rural se constituiriam em um “novo ator” social emergente no campo (*op. cit.*, p. 102). Mas sem nunca apontar, contudo, que a década de 1990, de fato, enraizou as condições que favoreceram a emergência de um novo padrão de acumulação, representando a antessala do “corte estrutural” com o passado rural do Brasil (Silva, 1999).

4. O debate aprofundado sobre a “desagrarianização” encontra-se no artigo *The radical transformation of agriculture and social life in Brazil: the domination of financial capital and the end of the agrarian past in the new century*, apresentado no XIV Congresso Internacional de Sociologia Rural (Toronto, Canadá, agosto de 2016).

O texto se divide em seis sintéticas seções, após esta *Introdução*. Na primeira delas, apontam-se breves fundamentos teóricos sobre processos históricos que permitiriam identificar “novos períodos” e defende-se que esse momento emergente ora observado pela agropecuária brasileira representa, sobretudo, *a face financeira de um ciclo produtivo iniciado na década de 1970*. A seção também aponta alguns elementos empíricos comprobatórios da nova fase, os quais talvez possam ser suficientes para iluminar (e demonstrar) a abertura desse capítulo inédito na história rural brasileira. Em função de tais argumentos, serão brevemente comentadas as implicações práticas dos imperativos financeiros na vida econômica e social das regiões rurais, enfatizando a “monetarização das relações e da interação humana”, ou a mercantilização geral das sociedades do interior.

A segunda e a terceira seção do trabalho discutem duas características de natureza inédita nas regiões rurais sob a vigência do novo padrão. Alude-se inicialmente a um fato sem precedentes na história agrária brasileira, que é a reversão da antiga “oferta ilimitada de trabalho”, que teria existido desde sempre, para uma nova situação de “escassez de trabalho”, o que abre uma frente nunca antes descortinada na organização das atividades produtivas. Com a redução gradual, mas irrefreável, da oferta de mão de obra, é muito provável, por exemplo, que se acentue ainda mais a magnitude da mecanização da atividade. Esse fato deverá aprofundar a heterogeneidade estrutural que já marca as regiões rurais e a produção agropecuária, o que é sintetizado na terceira seção. Dessa forma, as desigualdades regionais devem igualmente se tornar ainda mais agudas à medida que o novo padrão se afirme mais solidamente.

Já as duas curtas seções seguintes (quarta e quinta) examinam alguns aspectos relacionados ao Estado e a sua ação. Primeiro, argumenta-se, na quarta seção, que, no geral, com as honrosas exceções de praxe, o Estado brasileiro vem se mantendo “de costas” para as intensas transformações em curso no mundo rural, pois insiste em repetir políticas cuja lógica operativa, em certos casos, remonta à década de 1970. Sua ineficácia operacional, em consequência, vem se tornando mais grave com o passar do tempo. Segundo, discute-se, especificamente, o caso das instituições públicas de pesquisa, destacando-se o problemático caso da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Esta é uma empresa que ostenta um primeiro período de vida, provavelmente os seus primeiros vinte anos de existência, cujo sucesso parece ter sido inegável, mas, recentemente, sobretudo nesse século, vem apresentando crescentes dificuldades de inserir-se corretamente (e com efetividade) nesse mundo rural que ora se descortina.

A sexta e última seção, que antecede o comentário conclusivo, sintetiza algumas consequências possíveis das mudanças em desenvolvimento e apontadas nas seções anteriores. Provavelmente, somadas as principais tendências em curso, o cenário mais provável no médio prazo será a consolidação de uma atividade

agropecuária amplamente marcada pela dominação da agricultura de larga escala, fortemente inserida em mercados globais e largamente intensiva em capital. Assim, *observa-se o nascimento de uma agricultura sem agricultores* e de frágil vida social nas regiões rurais.

2 A FORMAÇÃO DE UM NOVO PADRÃO AGRÍCOLA E AGRÁRIO

Inicialmente, é preciso ressaltar que esta etapa do desenvolvimento agrário resulta de um processo histórico cujos contornos gerais até mesmo o senso comum poderia intuir. Qualquer setor econômico, ao experimentar um tempo relativamente longo de expansão, com taxas de crescimento elevadas, inevitavelmente produzirá capitais excedentes como resultado de repetidos ciclos produtivos. Ou seja, cria-se uma “riqueza geral” que vai adensando e enraizando diferentemente o processo de acumulação. Ocorre assim porque parte da formação de capital será utilizada para reinvestimento nas próprias firmas e na atividade-fim e parte em outras finalidades (consumo ostentatório ou investimentos em outros setores produtivos). Mas outra parte daquele excedente buscará a valorização exclusivamente financeira, tendo observado a participação crescente de empresas financeiras, como bancos, investidores ou os braços financeiros da agroindústria, atraídos pela possibilidade de apropriação parcial da riqueza gerada nesse setor em expansão. Durante ciclos de forte expansão, em termos genéricos, a busca da valorização estritamente financeira, em contextos históricos de desregulamentação, como durante o período contemporâneo, desenvolve uma situação sob a qual o capitalismo é sujeito à dominação do setor financeiro (elites financeiras, rendas financeiras, instituições e motivações de “mais capital a partir do capital financeiro”) em relação a outras formas de valorização enraizadas no capital produtivo.

Em síntese, a lição empírica inicial é óbvia: um setor produtivo, qualquer que seja a sua natureza, experimentando uma fase de crescimento expressivo durante um período considerável, em certo momento adentrará a sua “fase financeira”, sendo, por isso, possível enfatizar que se trata de uma “nova fase de acumulação de capital”, em particular porque se desenvolve *uma nova hierarquia entre os agentes econômicos*, com a crescente predominância das firmas ligadas às esferas financeiras. A explicação para esta hierarquização pode variar entre os contextos nacionais, mas quase sempre estará ancorada em uma necessidade empírica de mais financiamento para os investimentos, e o funcionamento da atividade e a sua oferta atrairão capitais de diferentes origens, o que acarretará uma ruptura com diversos aspectos constitutivos de um padrão anterior. Conforme uma interpretação recente,

No passado, o comércio de mercadorias agrícolas era baseado na oferta e procura de contratos de alimentos e fibras que permitiam aos produtores transferir os riscos e a compra de contratos futuros por firmas que estavam preparadas para assumir a

responsabilidade daqueles riscos – na expectativa de produzir lucros, caso os preços subissem acima dos preços estabelecidos nos contratos. A financeirização da agricultura significa que esse intricado equilíbrio foi quebrado (...) A financeirização também tem mudado as formas sob as quais os sinais são oferecidos e interpretados pelos participantes dos mercados: avaliações normais de oferta e procura são agora suplementados por preocupações da indústria com preços do petróleo, mudanças climáticas, quedas na produtividade agrícola e a direção das políticas governamentais – introduzindo novos e, algumas vezes, sinais “espúrios” de preços nos mercados (Lawrence *et al.*, 2015, p. 323-324).

Nesse ponto, portanto, surge um aspecto decisivo: consolidando-se essa fase, o polo financeiro igualmente emerge como o dominante, na cadeia produtiva ou no setor produtivo em questão, subordinando os demais participantes. Em boa parte das situações pesquisadas, tem sido destacado, por exemplo, o poder das grandes cadeias de supermercados, as quais têm aumentado ininterruptamente o seu controle do mercado varejista de alimentos, adentrando gradualmente em negócios e atividades do campo financeiro. Como ilustração, a citação abaixo quantifica esse crescente poder:

os varejistas do setor alimentar emergiram como os mais poderosos *dentro* do sistema agroalimentar (...) supermercados norte-americanos e europeus fundiram-se ou compraram seus parceiros do Sul ao mesmo tempo em que instalaram novas lojas para expandir sua base de consumidores em regiões onde anteriormente o comércio de alimentos ocorria em feiras livres ou outros contextos. O resultado tem sido um setor varejista de alimentos crescentemente globalizado e concentrado nas mãos de poucos supermercados do hemisfério Norte. A fatia dos supermercados no mercado varejista de alimentos na América Latina, por exemplo, explodiu de 10-20 por cento, em 1990, para 60 por cento em 2001; as cinco maiores cadeias respondem agora por aproximadamente dois terços das vendas no continente (Reardon e Berdegué, 2002 *apud* Isakson, 2014, p. 752).

É poder, inclusive, que decorre da ampliação do “distanciamento” entre os agentes econômicos, pois a constituição de um sistema agroalimentar *globalizado* vem aumentando o número de participantes nas novas cadeias internacionais de valor e, secundariamente (mas não menos importante), abstrai a forma “alimento” de sua forma imediatamente física, pela existência de derivativos de alta complexidade ligados às mercadorias agrícolas que passaram a frequentar os mercados financeiros (Robinson e Carson, 2015). Esses fatos, concretamente, distanciam os produtores rurais de “outras pontas” das cadeias, criando situações de estranhamento e alienação, pois as famílias rurais diretamente envolvidas na produção mal imaginam onde se situam nessa densa rede de interesses e como poderiam agir, se necessário, pois se posicionam subordinadamente em relação aos mecanismos de formação de valor e de preços, assim como em relação aos processos decisórios das cadeias produtivas (Clapp, 2013).

O caso da agropecuária brasileira é paradigmático, embora similar a outros contextos de países com agriculturas avançadas. Após um período pioneiro de forte expansão da produção, ocorrido entre os anos de 1968 a 1981, observaram-se etapas seguintes relativamente desafiadoras, como as problemáticas décadas de 1980 e 1990. Mas um conjunto de fatores favoráveis surgidos nos anos 1990 acabou favorecendo fortemente a explosão de uma segunda fase de crescimento, em bases tecnológicas e produtivas que foram sendo notavelmente intensificadas ao longo dos anos, a partir desse novo século. Esse momento recente, aqui intitulado de “novo padrão”, corresponde à *fase financeira do ciclo produtivo*, cujas raízes mais profundas foram lançadas meio século atrás, no final da década de 1960. No geral, a literatura que analisou a modernização agrícola empreendida durante os anos 1970 sugere que a datação inicial foi a formalização do Sistema Nacional de Crédito Rural, em 1965. Mas a plenitude de sua multifacetada e complexa manifestação, inclusive organizacional, vem ocorrendo somente a partir do final da década de 1990, quando esse “novo período” explodiu em sua exuberância produtiva, tecnológica e financeira.⁵

Ante essa sumária descrição, abre-se a necessidade de interpretações que possam, de fato, explicar o processo geral, *além* da experiência concreta do caso brasileiro. Neste texto, esquematicamente, sugerem-se caminhos de análise além daqueles propostos por Buainain *et al.* (2014).⁶ Existem as teorias hegemônicas, como a economia neoclássica e suas variantes modernas, as quais, juntamente com as antigas “teorias de modernização” da sociologia, usualmente menosprezam a existência de alguma “essencialidade marcante” que justifique realçar “fases”, pois o capitalismo obedeceria a uma continuidade histórica. Em consequência, são teorizações que rejeitam a existência de períodos que segmentam padrões *estruturalmente* distintos, exigindo esforços de interpretação substantivamente inovadora em relação aos seus arcabouços teóricos gerais, ao examinarem a história rural contemporânea. São teorizações centradas na busca do “equilíbrio geral” ou da “harmonia social” (na sociologia) e, portanto, assumidamente anti-históricas. Fases, ou períodos, representariam quebras (ou rupturas) e, assim, o reconhecimento da instabilidade – contrariando as premissas fundadoras dessas escolas disciplinares. Outras ramificações do campo teórico da economia poderiam, sem dúvida, oferecer interpretações abrangentes e reveladoras, desde perspectivas neokeynesianas até o institucionalismo e suas variações. Mas são teorias que, em relação ao tema específico do desenvolvimento agrário brasileiro, possuem escasso número de pesquisadores,

5. Inúmeros aspectos dessa fase atual são discutidos em vários artigos de publicação recente (Buainain *et al.*, 2014), estruturada exatamente a partir da hipótese de constituição desse novo período ora enfatizado.

6. É vasta a literatura recente sobre “financeirização da vida social e econômica”, sendo impossível organizá-la adequadamente neste estudo. É bibliografia muito variável, desde aqueles que organizam “o estado da arte” (Davis e Kim, 2015; Van Der Zwan, 2014) aos textos de autores considerados já clássicos no tema (Krippner, 2011; Epstein, 2005). Sobre a financeirização do sistema agroalimentar, consultem-se os excelentes artigos de Isakson (2014) e Lawrence *et al.* (2015).

e, desta forma, poucos se interessaram por tais exercícios, seguindo uma tradição genericamente associada à economia política.⁷

O contrário, usualmente, é típico de ramos interpretativos abrigados no guarda-chuva marxista, os quais entendem que a evolução histórica de um ciclo produtivo, ao galgar uma fase financeira, produz ocorrências de enorme relevância explicativa, tanto econômica como social, especialmente entre as vertentes marxistas não ortodoxas, que seriam mais receptivas à pluralidade analítica. Em especial, fatos novos – como o surgimento de setores sociais movidos por determinações financeiras, reestruturações sociopolíticas na dinâmica das classes sociais, o crescente acirramento concorrencial e seus impactos, formas emergentes de subordinação política de outros setores e grupos sociais, o Estado e suas formas de ação, entre tantas outras possíveis consequências e possibilidades analíticas – são temas que sempre motivaram a discussão teórica.

Nas variantes da tradição marxista mais aberta e não dogmática, por certo, os fundamentos do arcabouço conceitual estão em Marx, mas diversas de suas vertentes analíticas poderiam ser aqui rapidamente citadas, meramente a título ilustrativo. Sem nenhuma pretensão de apresentar o “estado da arte” da teoria a respeito no campo marxista, poderia ser mencionada, por exemplo, a interpretação de longa duração oferecida por Giovanni Arrighi. Foi autor que analisou o “capitalismo histórico” e identificou uma sequência de “ciclos sistêmicos de acumulação”, todos sendo superados porque adentraram uma fase financeira que, gradualmente, fermentou contradições insuperáveis, as quais, por seu turno, ensejaram o nascimento de outros ciclos sequenciais (Arrighi, 1996). É uma interpretação geral que, não obstante o seu fascínio explicativo e robustez empírica, despertou menos atenção do que mereceria, inclusive porque o autor previu claramente a emergência de um “ciclo chinês” de acumulação de capital.⁸ O aprendizado mais geral a ser extraído dessa grande narrativa, caso fosse aplicada setorialmente ao desenvolvimento do capitalismo agrário no Brasil, examinaria a dinâmica da formação e desenvolvimento dos ciclos produtivos e a gestação de uma “fase financeira”. Seus fundamentos são a escola historiográfica de Braudel, demonstrativa das marcas de flexibilidade e adaptação de regimes econômicos capitalistas. Os fundamentos do modelo proposto por Arrighi são discutidos, sobretudo, na introdução e no primeiro capítulo do primeiro livro, quando o autor demonstra os pressupostos dos sucessivos *ciclos de produção seguidos de acumulação financeira* e sua evolução histórica. Esse modelo é explicação inspiradora para localizar os fundamentos da passagem de uma expansão

7. É igualmente relevante o estudo de Serigati e Possamai, fundado na ampla literatura originada nos “ciclos de Kondratieff”. O texto discute os aspectos financeiros relacionados aos ciclos de aceleração e desaceleração discutidos por aquele autor clássico e a literatura correspondente. Consulte-se o estudo nesta coletânea.

8. Pouco antes de morrer, Arrighi analisou essa via potencial do caso chinês em outro livro (Arrighi, 2009).

produtiva de longo prazo para as suas manifestações financeiras, como se observa no caso do setor agropecuário do país.

Existem diversas outras possibilidades interpretativas nesse campo teórico.⁹ Meramente para citar mais uma, de escopo concreto mais específico, que é também influenciada pelo Marxismo, embora mais heterodoxa, pois recebe outras influências, já com mais de trinta anos de estudos e pesquisas, é a chamada “teoria das estruturas sociais de acumulação” (ESA). Trata-se de um veio aberto ainda na década de 1970, mas consolidada somente a partir da década de 1990. ESA é um arcabouço teórico que “procura explicar as ondas longas – em média, cinquenta ou sessenta anos para um ciclo completo – que caracterizam o crescimento econômico capitalista, e também os estágios distintos que marcam cada ciclo longo (...) o foco é sobre os arranjos institucionais que contribuem para sustentar esses ciclos longos” (Lippit, 2010, p. 45), com o autor ainda salientando que “instituições” podem ser pensadas ou no sentido estreito de “organizações”, ou em termos mais amplos, como costumes, hábitos e expectativas, e, neste sentido, “são tipicamente específicas de países ou de uma cultura” (*op. cit.*). Trata-se de um enfoque que tem sido aplicado, quase sempre, aos ciclos longos de acumulação de capital em determinadas economias ou em setores industriais ou financeiros, ainda sem aplicação a processos de desenvolvimento agrário, não obstante a sua aparente convergência com a lógica que estaria subjacente à noção do novo padrão descrito.¹⁰

Especificamente sobre o desenvolvimento agrário brasileiro, talvez o autor que mais ambiciosamente tenha se dedicado diretamente à exploração analítica do assunto, motivado por um arcabouço, sobretudo, marxista e com o foco principal nos temas financeiros, tenha sido Guilherme Delgado, cujo esforço merece ser destacado.¹¹ Sua tese de doutoramento, transformada em livro (Delgado, 1985), e, mais recentemente, um segundo livro enfatizado pelo próprio autor como uma “atualização” do primeiro (Delgado, 2012), são publicações que discutiram privilegiadamente os aspectos financeiros da agropecuária brasileira. São esforços inegavelmente meritórios, embora o segundo livro revele um forte veio ideologizante, inclusive recuperando autores e noções controvertidas, como a ideia de “especialização dependente”, ou então a sugestão de estar ocorrendo um processo

9. Como exemplos, os esforços analíticos centrados em “regimes alimentares”, que têm o nome de Harriet Friedmann como a autora pioneira, sobretudo a partir de seu artigo clássico de 1982 (Friedmann, 1982; 2009). Ou então a vasta literatura sobre “cadeias globais de valor” (Schmitz, 2005; Amador e Di Mauro, 2015). Outro caminho seria investigar processos de diferenciação social associados ao aprofundamento da etapa financeira do desenvolvimento agrário, na esteira de roteiros teóricos tradicionais, sejam aqueles até com inspiração clássica durkheimiana, sejam, em oposição, no campo marxista – sobre este último, consulte-se Bernstein (2011).

10. Adicionalmente, consulte-se McDonough (2010).

11. Na década de 1980, um texto que causou alguma influência foi resultado do esforço de um conjunto de pesquisadores da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) liderados por Angela Kageyama, os quais analisaram a transição entre os “complexos rurais” para os “complexos agroindustriais”. Mas não foi um esforço, de fato, de propor uma periodização, no sentido indicado neste trabalho. Inclusive porque, entre outros aspectos, os complexos rurais se refeririam aos grandes imóveis rurais do passado antigo, com fortes componentes de autarquização (Kageyama *et al.*, 1987).

de “reprimarização das exportações”. Embora analise meio século de desenvolvimento agrário no Brasil, não indica “períodos” propriamente ditos, mas mudanças ao longo do tempo, sem avançar além do que seria sua unidade processual subjacente – um processo de subordinação crescente à “economia do agronegócio” (ou, afirmado mais claramente, ao capitalismo empresarial). Dessa forma, o autor provavelmente recusaria a sugestão de estar emergindo um novo padrão agrário e agrícola, ainda que acentue que a crise cambial de 1999 teria demarcado “a construção de um novo projeto de acumulação de capital no setor agrícola, concertado por dentro da política econômica e financeira do Estado” (Delgado, 2012, p. 89). Mas sua interpretação se vê presa à armadilha marxista da forçada compulsão crítica ao capitalismo “em geral”, não admitindo a possibilidade (conceitual e empírica) de divisar períodos demarcadores ou fases de desenvolvimento. Como são análises que exigem *ex-ante* um posicionamento de recusa ao regime econômico dominante, não se trata, de fato, de analisar empiricamente o caso concreto do desenvolvimento agrário brasileiro, mas de apontar o enraizamento da “dominação financeira” do processo de modernização, no caso do primeiro livro. Na publicação recente, a ênfase recai na emergência do que seria uma renovada, embora vaga, “questão agrária”, ora em gestação, centrada na superexploração do trabalho e na rigidez da dependência dos mercados globais, uma ênfase que é mais ideológica do que real, empobrecendo a análise. Adicionalmente, o autor ignora ou menospreza inúmeros fatos empíricos mais conhecidos das transformações estruturais da produção agropecuária brasileira, utilizando, com exclusividade, os indicadores macroeconômicos para extrair conclusões que, diversas vezes (particularmente no segundo livro), parecem ser definidas antecipadamente, antes mesmo do teste dos fatos concretos. São trabalhos, portanto, que merecem ser considerados, por representarem um esforço pioneiro, mas precisam ser analisados com cautela analítica, pois são publicações com objetivos políticos que, muitas vezes, extrapolam seus conteúdos científicos.

2.1 O novo padrão – alguns fatos recentes

São inúmeras as evidências empíricas que afirmam o novo padrão de acumulação referido. Suas manifestações mais aparentes se expressam, em especial, pelos montantes de “riqueza geral” que surgiram nesses anos recentes ou por reveladores fatos estilizados. Desde a emergência de empresas que passaram a ter destaque global em determinados ramos produtivos do sistema agroalimentar como outras evidências indiretas que poderiam ser apresentadas, demonstrativas de volumes de capital acumulados são surpreendentes. São fatos empíricos, ressalte-se, de naturezas relativamente distintas, mas suas manifestações concretas relacionam-se, direta ou indiretamente, à emergência do novo padrão aqui apontado. Tomem-se, por exemplo, os valores das exportações agrícolas brasileiras verificados nos últimos 25 anos. Durante o período 1990-1995, a média anual das exportações desse setor

atingiu US\$ 15,9 bilhões, e, comparado com os dados mais recentes disponíveis, o quinquênio 2010-2014, esta média saltou para US\$ 96,9 bilhões, representando um crescimento de mais de 500% em um período histórico relativamente curto.¹² Nos anos cobertos por essa série, o total acumulado das exportações agropecuárias totalizou US\$ 1,07 trilhão, cifra que, em si mesma, sugere a magnitude da transformação enfatizada pela constituição do novo padrão agrário e agrícola. Ampliou-se notavelmente o número de países importadores de mercadorias agrícolas brasileiras, com o destaque usual da China – apenas da soja e seus derivados, entre 1996 e 2011, as exportações para aquele país aumentaram impressionantes quatrocentas vezes. Simplificadamente, nesse meio século de transformações, o Brasil deixou de ser um país apenas “produtor de café” (e importador de feijão), como era em 1970, para surgir como o país que está na iminência de se tornar o maior produtor mundial de alimentos.

A espetacular “máquina de produção de riqueza” em que foi transformada a agropecuária brasileira, portanto, atraiu rapidamente outros agentes econômicos privados e, como resultado, adensou as cadeias produtivas e desenvolveu uma intrincada e complexa rede de interesses e possibilidades, ampliando, da mesma forma, a via de integração com os mercados ou no plano interno, ou no externo. Para manter sua resiliência produtiva e potencialidade econômico-financeira, é um setor que, em decorrência, é receptivo às inovações, pois seu condutor principal e a garantia de rentabilidade é a produtividade. Por isso, uma emblemática segunda evidência empírica indicativa da constituição do novo modo de acumulação pode ser extraída dos diversos estudos realizados por José Garcia Gasques e seus colaboradores (entre eles, Gasques *et al.*, 2010). Conforme os autores, a evolução da produtividade total de fatores (PTF) vigente na agropecuária brasileira observou tendências distintas ao longo do tempo, de acordo com as séries históricas analisadas.

Realizando o teste estatístico da “quebra estrutural”, os autores concluíram que, de fato, existiram dois momentos no desenvolvimento da PTF da agropecuária: no primeiro deles, vigente entre os anos de 1975 a 1996, a PTF cresceu 3,02% ao ano (a.a.). Nesse último ano, contudo, observou-se uma quebra e o salto da PTF para um patamar superior significativamente mais elevado, pois, entre 1997 e 2013, o valor anual pulou para 4,28% a.a., uma indicação empírica indiscutível de um “novo momento” da produtividade geral vigente na agropecuária – ou, em outros termos, a emergência de um novo padrão agrário e agrícola.¹³ Mudanças expressivamente positivas na PTF, como se sabe, implicam não apenas adoção e combinações quase perfeitas de fatores de produção, mas materializam mudanças

12. São estatísticas apuradas e organizadas pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Secex/Mdic) e elaboradas no âmbito da Secretaria de Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

13. Ver estudo de Gasques *et al.* neste volume.

muito mais amplas no “mundo rural”, inclusive no tocante à governança das cadeias produtivas e aos efeitos de sinergia antes inexistentes. É uma “fase superior” e virtuosa no tocante ao uso do conhecimento e da ciência, extrapolando os estabelecimentos rurais e as decisões específicas dos produtores rurais, abarcando o setor agroalimentar como um todo e, inclusive, outros entes privados e públicos indiretamente relacionados à produção agropecuária.¹⁴ Desta forma, enfatizando esse fato empírico, talvez seja possível registrar que *a emergência do novo padrão agrícola e agrário discutido neste trabalho tem uma “certidão de nascimento” (1997), quando a PTF elevou-se para um nível expressivamente superior*, demonstrativo de um patamar de intensificação produtiva.

Mas as evidências empíricas que sugerem a emergência desse novo período podem ser identificadas por outras lentes que gradualmente vão se tornando disponíveis. Uma das mais robustas provas da emergência de um modo de acumulação centrado na determinação financeira, desde os anos 1990, tem sido uma inflexão verificada nas formas de financiamento da produção agropecuária, as quais vêm sendo privatizadas, em detrimento do papel do crédito estatal.¹⁵ São evidências emblemáticas, porque indicam ser uma atividade que, em sua essência, vem se tornando “mais capitalista” com o passar dos anos, igualmente atraindo firmas privadas e, assim, simultaneamente, uma “lógica capitalista geral” vai se impondo como o eixo principal norteador que comanda a agropecuária no país. Sobre a crescente financeirização da economia brasileira, Balestro e Lourenço realçam que, em 2001, dos contratos de futuros e opções relacionadas a *commodities* (principalmente agrícolas) negociados na Bolsa de Valores de São Paulo, 80% eram contratos com entrega física e o restante, contratos financeiros, mas “essas cifras foram invertidas em 2011: 71% de contratos financeiros e 29% de contratos com entrega física”, salientando que na Bolsa, “as empresas brasileiras de capital aberto são principalmente do setor de agronegócio” (Balestro e Lourenço, 2014, p. 256).

Como ilustração empírica, em trabalho único de grande importância, essas tendências foram demonstradas em relação ao ano de 2012, a partir de dados do financiamento da safra de soja, indisponíveis para outros anos (Silva e Lapo, 2012). Os dados foram agregados, para efeitos comparativos, entre duas regiões: Centro-Oeste e Sul, esta última englobando os três estados sulistas. Os autores demonstraram que a “ação privada” de diversas firmas que passaram a financiar

14. Mais detalhes em Fuglie *et al.* (2012).

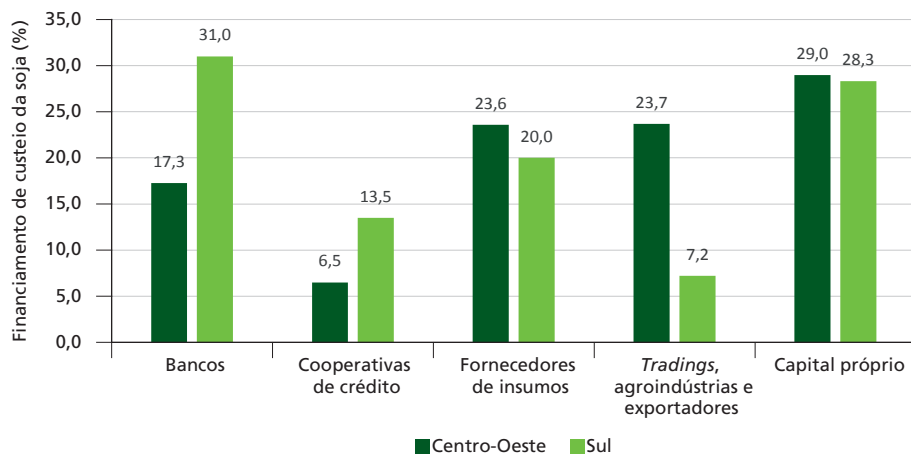
15. Repetindo situações internacionais similares: “nos anos recentes, diversas instituições financeiras – incluindo consórcios de ativos privados, fundos *hedge*, fundos de investimento, fundos de pensão, bancos comerciais, fundos soberanos e outros – começaram a investir fortemente no sistema alimentar e na produção agrícola, em todo o mundo (...). Além de um crescente envolvimento na produção agrícola, muitas instituições financeiras e companhias do setor de alimentação estão também crescentemente envolvidas no mercado de mercadorias agrícolas como ativos ‘virtuais’, em particular através de *hedging*, estratégias de administração de ativos e especulação em mercados futuros de *commodities*” (Lawrence *et al.*, 2015, p. 309).

parte das atividades agropecuárias naquele ano específico vem sendo concentrada na região dinâmica da produção de grãos (Centro-Oeste), enquanto a destinação estatal do financiamento, gradualmente, vem se concentrando em estabelecimentos rurais de menor porte econômico, nos três estados sulistas.

Especificamente naquele ano, 44,5% do total do financiamento ofertado pelo crédito oficial destinou-se ao grupo de pequenos produtores nos estados sulistas, enquanto 47,3% do total foi destinado aos grandes produtores com estabelecimentos localizados nos estados do Centro-Oeste por agentes financeiros não estatais. Ou seja, estaria ocorrendo uma tendência de privatização do financiamento entre os grandes estabelecimentos na região de maior “dinâmica agrícola”, mantendo-se o crédito oficial como o principal destinado aos pequenos produtores mais integrados aos mercados, no Sul do Brasil (especialmente via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf). Quando separados por ofertantes de financiamentos, a distribuição, no ano indicado, obedeceria ao que é mostrado no gráfico 1, comparando-se novamente as duas regiões produtoras (*op. cit.*).

GRÁFICO 1

Financiamento do custeio da soja, de acordo com tipos de ofertantes de crédito – Centro-Oeste e Sul (2012)



Fonte: Felipe Prince Silva (*Agrosecurity*) apud Silva e Lapo (2012).

Inúmeras outras evidências empíricas poderiam ser citadas nessa parte para apontar “sinais” sintomáticos e reveladores da transformação apontada. Não sendo possível, em face da restrição de espaço, talvez ainda seja relevante mencionar que a emergência do novo padrão agrário e agrícola tem sido acompanhada, como seria esperado, de diversos fenômenos de mudança espacial. O adensamento do processo de acumulação, sempre aperfeiçoando o objetivo primeiro da maximização de

lucro, opera transformações nas dinâmicas regionais, modificando a distribuição espacial da produção. Nesse sentido, não deveria surpreender, como ilustração, que a produção da avicultura e da suinocultura, historicamente enraizadas em regiões de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, estaria verificando uma mudança para os estados do Centro-Oeste, para situar-se mais perto do principal insumo formador da ração desses animais. Com a intensificação produtiva e o acirramento concorrencial (nacional e globalmente), a obtenção de lucro passou a decorrer de margens que se estreitam, e, assim, modificações mínimas na estrutura de custos podem significar, em última análise, a permanência ou não na atividade. É o que justifica esses movimentos geográficos, pois, no caso brasileiro, significam ficar perto da maior oferta de matérias-primas utilizadas na alimentação dos animais.

Outra evidência nítida do nascimento de uma nova dinâmica se relaciona, por exemplo, à localização geográfica dos vinte municípios que apresentaram maior valor bruto da produção (VBP) municipal em 2014, pois, desse total, onze são municípios matogrossenses e oito se localizam em novas regiões de intensa dinâmica econômica do Centro-Oeste ou da Bahia (São Desidério, por exemplo). É deslocamento que também pode ser ilustrado em relação ao caso do feijão, antes um “cultivo de pobre”, como era designado na década de 1970. Contudo, as transformações do último meio século gradualmente introduziram a mesma orientação econômica para todos os ramos da produção, e assim o feijão passou a ser regido por uma implacável lógica econômica e financeira. Por essa razão, nos anos mais recentes, esse cultivo observou mudanças espaciais e sociais. Deixou de ser um produto exclusivo dos estabelecimentos rurais das famílias mais pobres em regiões de baixa modernização tecnológica, passando a ser majoritariamente produzido em imóveis de alta produtividade e em maior escala, em especial nos estados do Centro-Oeste (sete municípios dos vinte com maior VBP decorrente desse cultivo) ou na Bahia (quatro municípios). Embora a produção permaneça significativa em seis municípios paranaenses de sólida tradição no cultivo, também incluídos entre os vinte maiores responsáveis, em valor, pela produção nacional de feijão, a mudança espacial desse produto é indicativa da mesma lógica de transformações.¹⁶

E qual será o futuro do novo padrão agrário e agrícola? Para visualizar os tempos adiante, os números contidos na tabela 1 falam por si mesmos. São estatísticas que agrupam os saldos no comércio de alimentos e mercadorias de origem agrícola, considerados os quatro principais países exportadores e importadores, analisado quase um quarto de século. Enquanto um lado indica a emergência de mercados compradores, especialmente na Ásia, que assumem crescente importância, do lado dos exportadores, o salto do Brasil se destaca notavelmente. É uma demonstração estatística definitiva da vigência do novo padrão que vem reconfigurando o sistema

16. Consultar, a respeito, a Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) de 2014, discutida em Brasil (2015).

agroalimentar brasileiro, uma nova estruturação da organização produtiva que envolve os estabelecimentos rurais e todos os demais agentes privados – sua presença se tornará definitiva na futura história rural do país.

TABELA 1

Maiores exportadores e importadores de alimentos e mercadorias de origem agropecuária e balança comercial agrícola (1990 e 2013)
(Em US\$ bilhões)

Anos	Países exportadores	Países importadores
1990	Estados Unidos (19) Austrália (9) Brasil (7) Argentina (7)	Japão (-47) União Europeia 27 países (-34) Coreia do Sul (-7) Oriente Médio (-6)
2013	Brasil (76) Argentina (39) Estados Unidos (29) Tailândia (24)	China (-95) Oriente Médio (-79) Japão (-75) Coreia do Sul (-21)

Fonte: Organização Mundial de Comércio.¹⁷
Elaborado por MB Associados.

3 SESENTA ANOS DEPOIS, SIR ARTHUR LEWIS DEIXA O PALCO

O economista Arthur Lewis publicou, em 1954, o artigo *Economic development with unlimited supplies of labour*. É texto clássico que talvez seja, individualmente, aquele que mais influenciou o nascimento e a constituição de um subcampo da economia destinado a analisar o “desenvolvimento”, o tema principal de debate entre os cientistas sociais no pós-guerra e que se estendeu, pelo menos, até a década de 1970 (Lewis, 1954). Conjuntamente com Theodore Schultz, Lewis recebeu o Nobel em economia em 1979. Construtor de uma carreira brilhante, obteve seu doutorado quando tinha apenas 25 anos, na lendária London School of Economics, onde foi também professor, antes de assumir outras posições de destaque nas universidades de Manchester (quando publicou seu famoso artigo) e Princeton. Especializou-se em história econômica e em tópicos relacionados aos temas mundiais, e seu campo de interesse foi, genericamente, o do “desenvolvimento econômico”.

Preocupou-se em explicar, especificamente, os fatores determinantes do crescimento econômico, para tanto, desenvolveu um modelo que passou a ser conhecido como o “modelo de Lewis”, cujos delineamentos explicativos foram apresentados no artigo de 1954. Conheceu e pesquisou a história de países mais pobres, assim como estudou a experiência dos países do capitalismo (hoje) avançado e as análises dos economistas clássicos. Suas reflexões levaram-no a propor um modelo dualista do processo de desenvolvimento, mas realçando uma diferença fundamental: a

17. Ver Mendonça de Barros (2015).

oferta de trabalho deixou de ser um parâmetro fixo e permanente, como havia sido a premissa adotada anteriormente. Contrariamente, Lewis (1954) assumiu que seria uma oferta altamente elástica, e, assim, um “setor capitalista” (parte da agricultura ou setores industriais) atrairia trabalho barato oriundo de um “setor de subsistência” não capitalista – não necessariamente enraizado apenas nas regiões rurais, pois também poderia originar-se em outros espaços sociais. Como resultado,

a existência de “trabalho excedente” no setor de subsistência assegurava que durante um período longo os salários no setor capitalista permaneceriam constantes porque a oferta de trabalho no setor capitalista excedia a demanda a uma dada taxa de salário. E o excedente de produção sobre o [custos de] trabalho era capturado como lucro (Kirkpatrick e Barrientos, 2004, p. 4).

Em algum tempo histórico determinado, argumentava o modelo, essa reserva de trabalho existente no “setor de subsistência” se esgotaria e os mercados de trabalho existentes na economia se integrariam, enquanto o modelo explicava que o processo de acumulação de capital iria gradualmente fomentar a transformação de uma economia dualista na direção de outra mais homogênea.¹⁸

Importante, no entanto, para os propósitos aqui definidos, ressaltar dois aspectos. Primeiramente, o pressuposto, que provavelmente foi verdadeiro em toda a história rural brasileira, em termos concretos e no âmbito das interpretações, de ter existido uma “oferta ilimitada de trabalho” nas regiões rurais, o que permanentemente rebaixou salários e manteve as chances de acumulação de capital. Tanto no que diz respeito aos setores capitalistas da antiga economia agrária (sobretudo a cafeicultura) como, posteriormente, em outros ramos produtivos da agropecuária que emergiram com o processo de modernização da década de 1970 (para não citar, claro, os setores capitalistas urbano-industriais que recebiam migrantes rurais). Em face da existência de amplos grupos sociais moradores nas regiões rurais, pode-se afirmar que em nossa história rural esse excedente cumpriu o papel de materializar a referida “oferta ilimitada de trabalho”, comprimindo para baixo os salários pagos e, desta forma, mantendo concentrada não apenas a terra, mas também a distribuição da renda rural.

O segundo aspecto a ser citado, que reforça a mesma tendência, foi a impossibilidade – nesse caso em função de bloqueios políticos – de contrapor-se a esse processo econômico, através de lutas sociais e da organização, particularmente, de sindicatos de trabalhadores rurais, obstáculo político que existiu pelo menos até a década de 1970, como é amplamente demonstrado na literatura que analisou

18. O modelo proposto incentivou intenso debate posterior: consulte-se o número especial da revista *Manchester School*, dezembro de 2004. A título de curiosidade, note-se que uma análise citada igualmente como “clássica” na bibliografia brasileira dedicada a explicar a emergência do capitalismo industrial brasileiro tem aqui parte de suas origens teóricas, embora não sejam citadas explicitamente (Oliveira, 1972).

as autoritárias formas de poder vigentes no campo na história do país.¹⁹ Somadas essas e outras facetas, em termos concretos, a abundância de trabalho ofertado e suas consequências teriam marcado, praticamente, toda a história rural do país. E, seguindo a antevisão do próprio Lewis, desconsiderando processos sociais e políticos, mas fixando-se em ponto de vista estritamente econômico, esse modelo deixaria de existir apenas quando “o excedente [de trabalho] se esgotasse e, assim, os salários começariam a se elevar acima dos níveis de subsistência” (Lewis, 1954, p. 191).

Aqui se sustenta que a emergência do novo padrão agrário e agrícola que tipifica um período radicalmente diferente na história rural brasileira estaria observando, exatamente, o esgotamento da oferta de trabalho. Qual seja, uma das mais salientes e historicamente típicas características do mundo rural (que seria a abundância de trabalho) deixou de existir nesses anos recentes e, pelo contrário, predomina uma crescente escassez de trabalho – *em todas as regiões rurais do Brasil*. São inúmeras as evidências, diretas e indiretas, sobre esta mudança de consequências profundas para a atividade produtiva agropecuária, forçando sua reorganização em bases inéditas.

Têm se tornado conhecidos alguns estudos que apontam diversas tendências demográficas que inevitavelmente sugerem estar sendo “esvaziado o campo brasileiro”. Talvez, o mais destacado texto recente sobre o assunto tenha sido aquele escrito por Alexandre Gori Maia, o qual analisou as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (Pnads) de 1992 em diante, concluindo pela existência de inúmeras mudanças demográficas em curso nas regiões rurais, todas tendentes a produzir efeitos diretos nos volumes populacionais existentes nessas regiões e, em consequência, apontando movimentos de redução que também afetam a oferta de trabalho rural (Maia, 2014). O autor analisa variáveis demográficas, como razões de gênero, que mostram a redução do número de mulheres vivendo no campo, ou a diminuição do número de filhos das famílias rurais, os processos migratórios de jovens rurais, entre outros indicadores, discutidos sobre uma base de dados que abarca um período mais longo de análise (o que é necessário para se construir mais certeza empírica sobre tais processos). Os indicadores demonstram variações regionais e por ramo de atividade, mas, no geral, claramente sustentam o argumento geral sobre o processo de rarefação populacional que está em curso nas regiões rurais.

Se analisado, especificamente, o mercado de trabalho rural, as mesmas tendências surgem de diversos levantamentos, gerais ou setoriais, ou até a partir de evidências assistemáticas registradas (Maia e Sakamoto, 2014). Como ilustração, citamos o documento preparado pelo Departamento Intersindical de Estatística e

19. Sobre as relações políticas predominantes no campo brasileiro, o autor referencial é José de Souza Martins. De sua copiosa produção científica, consulte-se, por exemplo, dois de seus livros paradigmáticos sobre o tema (Martins, 1981; 1994).

Estudos Socioeconômicos (Dieese), com o apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), o qual analisou as Pnads, mas somente aquelas apuradas neste século (2004-2013), registrando-se uma queda dramática de postos de trabalho rural no referido período. Consideradas todas as formas de ocupação apuradas em tais levantamentos, somente a categoria “trabalhador na produção para o próprio consumo” experimentou um aumento quantitativo (pouco mais de 800 mil pessoas), enquanto todas as demais categorias caíram (empregados com ou sem carteira; conta própria, empregadores e não remunerados). No total, o resultado agregado se destaca negativamente, pois, em aproximados dez anos cobertos pelos levantamentos, foram perdidos 4 milhões de postos de trabalho nas atividades rurais do país (Dieese, 2014).²⁰ Como foi queda apontada durante um período expansivo da economia, há outra lição sociológica usualmente não discutida por detrás desses números. Refere-se à facilidade com a qual os jovens rurais, informados sobre oportunidades de trabalho existentes nas cidades e cientes das diferenças brutais entre a precariedade geral da vida rural, de um lado, e as possibilidades que existiriam nas cidades, de outro lado, desistem de morar no campo. No citado estudo, esse processo social é estatisticamente sugerido pela forte queda na categoria “não remunerados”, que observou sangria de 3 milhões de pessoas em todo o Brasil rural nos anos analisados. É clara a indicação da transição de um contexto do passado durante o qual os membros da família trabalhavam nas lides rurais sem nenhum pagamento e eram contabilizados como “não remunerados”. Sob o novo padrão, esse é um conjunto social que foi sendo reduzido dramaticamente com o passar dos anos recentes e se tornou quantitativamente reduzido.

4 APROFUNDA-SE A HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL DO MUNDO RURAL

A expansão econômica no espaço rural, quando é intensa e de longa duração, produz um fenômeno que tem sido por vezes interpretado equivocadamente. Trata-se de mudança que poderia ser intitulada, algo ironicamente, de um “processo de homogeneização heterogênea”, e sua manifestação concreta é de imediata percepção, mas a interpretação produz confusão, como demonstra a literatura sobre teorias do desenvolvimento agrário. Esse processo combina a transformação, sobretudo, de mentalidades e de comportamentos sociais, que gradualmente se generalizam, universalizando os seus contornos gerais – é a homogeneização. Mas a sua materialização prática se defronta com patrimônios naturais e recursos físicos sobre os quais incide que são radicalmente diferentes entre si, o que produz a heterogeneidade. Mais claramente: a modernização produtiva e tecnológica da agropecuária obedece a uma “diretriz geral” que é cientificamente alicerçada na história e nos resultados

20. Ressalte-se que a Pnad seguinte (2014) apontou um aumento de 542.364 pessoas ocupadas em relação à anterior, novamente apontando o dinamismo de algumas regiões agrícolas do país, em conjuntura macroeconômica nacional que indicava então o início de um período de recessão.

práticos de sua implantação, chamada de “o modelo da agricultura moderna”, uma compreensão construída ao longo de um período de tempo relativamente estendido, cujas origens alguns autores radicam, inclusive, à época das primeiras revoluções agrícolas, a partir do século XIV (como argumentam os historiadores, como Marc Bloch), enquanto outros estudiosos sugerem ter sido iniciada com as inovações do século XIX (Goodman *et al.*, 1990).

Controvérsia à parte, há, contudo, um fato incontestável, e esse tem sido a consolidação de uma visão tecnológica (e científica) sobre os processos produtivos agropecuários que se tornaram fortemente dominantes (aproximadamente) nos últimos setenta e oitenta anos, emergindo depois da Segunda Guerra como *o único modelo tecnológico* aplicável à economia agrícola. Outros modelos, como a agricultura orgânica, embora com grande potencial, ainda são marginais *vis-à-vis* o ideário da agricultura moderna. Esse virtual consenso sobre o significado do modelo tecnológico dominante, portanto, é faceta inquestionável do último meio século, gradualmente transformando não apenas os sistemas de produção em todas as latitudes, mas igualmente moldando as compreensões a respeito – ou seja, a ciência e as formas de capacitação a respeito. Em termos genéricos, essa é a face que *homogeneiza* o desenvolvimento agrário capitalista.

A heterogeneidade, por seu turno, decorre da aplicação concreta do modelo citado, pois se defronta com biomas, regimes hídricos, tipos de solo, relevos e diversos outros aspectos naturais e físicos, os quais são essencialmente diferentes entre si. Mais ainda, as formas de ocupação da terra, os sistemas de posse, as noções culturais de propriedade, os fatores demográficos, as capacidades institucionais e os tipos de ação governamental, entre outros variados aspectos. Esse conjunto, quando apresentado à implementação da visão conceitual de agricultura moderna, ao concretizar-se, *produz necessariamente a heterogeneidade*. Por essa razão, quando é desencadeado um longo período de expansão econômica de forte intensidade em regiões rurais, ainda que a narrativa orientadora principal seja homogeneizadora (a compreensão geral sobre a agricultura moderna), na prática, são produzidos efeitos heterogêneos, pois o conjunto de fatores rapidamente esboçados anteriormente força, necessariamente, resultados distintos entre si. Assim, observa-se o que economistas chamam de “heterogeneidade estrutural” (ou “desenvolvimento desigual”, no jargão marxista), um dos resultados inevitáveis em períodos de intensificação produtiva e desenvolvimento do capitalismo no campo. Esse fenômeno somente deixaria de ocorrer (ou seria de menor importância) se uma política nacional de desenvolvimento rural, afinadíssima com a realidade agrária e consistente na sua operacionalidade prática, pudesse ir corrigindo, gradualmente, as distorções decorrentes do aprofundamento da heterogeneidade. Mas esta é capacidade estatal raríssima, pois a ação governamental, quase sempre, “corre atrás”, mas não se antecipa às tendências de transformação.

Essas considerações iniciais são necessárias porque essa tendência geral tem sido uma das marcas mais salientes do novo padrão agrário e agrícola em curso no Brasil, o qual vem enraizando em dimensões inéditas a heterogeneidade estrutural quando as regiões rurais são comparadas entre si. Normalmente, confunde os estudiosos, ou apenas aponta uma face do todo, enfatizando acriticamente a universalização – como se a disseminação da agricultura moderna não se defrontasse com ambientes sociais e produtivos distintos. Ou então, pelo contrário, os autores realçam com exclusividade a heterogeneidade das concretudes rurais e insistem, com certa ingenuidade, sobre a ocorrência de “múltiplas, infinitas agriculturas”, como se não existisse uma ação social dos produtores e dos agentes operadores da agricultura moderna motivada por um “*ethos* geral”. Comumente, a primeira perspectiva inspira cientistas sociais que *afirmam a ordem social*, aceitando o capitalismo agrário como “natural”. O segundo foco, por seu turno, reúne autores que contestam o capitalismo como um regime econômico “inevitável”, embora, ao mesmo tempo, romantizem a diversidade produtiva como o espelho de possíveis formas sociais de “resistência” à ordem dominante.

Esses são equívocos encontradiços na literatura que discute o desenvolvimento agrário, quase sempre incapaz de analisar corretamente os diversos ângulos do processo em sua totalidade, integrando-os em uma explicação consistente. Além disso, esse é tema que alguns minimizam, pois seria uma “decorrência banal”, inclusive porque insistem que o desenvolvimento capitalista, em qualquer sociedade, sempre será “desigual”, e a heterogeneidade, portanto, seria uma consequência incontornável. É outro erro, pois alguns estudiosos parecem ignorar que a expansão econômica no campo enfrenta não apenas contextos, patrimônios e recursos heterogêneos (produzindo desenvolvimentos desiguais), mas também processos biológicos impossíveis de serem artificializados (como ocorre no setor industrial, por exemplo). Por essa razão, as manifestações de heterogeneidade estrutural na atividade econômica agropecuária serão de muito maior magnitude e expressão real, justificando o seu estudo.

No Brasil, a heterogeneidade estrutural tem sido pesquisada por alguns autores, com destaque para Vieira Filho (2013; 2014) e Vieira Filho *et al.* (2015). Seus trabalhos têm enfatizado, em especial, a diversidade tecnológica, através de minuciosas comparações entre classes de produtores e tipos de regiões rurais, para tanto, fundando-se em inúmeros indicadores, normalmente censitários. É conhecimento pioneiro e relevante, pois ensejará a preparação de uma agenda de pesquisas sobre o tema, ampliando-a com dimensões sociais e culturais e outras evidências empíricas que possam oferecer uma radiografia completa do processo de “heterogeneização do mundo rural”. Uma vez desenvolvidos esses estudos, será então possível iluminar as tendências ora em curso sugeridas nesta seção, as quais, combinadas, estão desenvolvendo um espaço rural crescentemente fraturado por

diferenças estruturais profundas, em termos produtivos e tecnológicos, mas igualmente no tocante às diferenças sociais e de renda. A heterogeneidade estrutural, convencionalmente medida através de indicadores quantitativos, associa-se, assim, à abissal desigualdade social, que é tão típica do território rural, materializando clivagens entre os grupos e as classes sociais que se tornarão, cada vez em magnitudes mais visíveis, a marca registrada dessas regiões.

O aprofundamento da heterogeneidade estrutural decorrente do desenvolvimento agrário não afetará, como um todo, o crescimento quantitativo da produção e da produtividade agropecuária nos anos vindouros. Pelo contrário, a maior evidência empírica de tal heterogeneidade estará significando, concretamente, que foi aprofundada entre os produtores uma compreensão sobre a organização da produção (ou seja, o que foi antes intitulado de homogeneização), e, portanto, estarão operando cada vez mais preparados para enfrentar as vicissitudes do regime econômico, ampliando os resultados virtuosos do ponto de vista produtivo. Os impactos da heterogeneidade são, sobretudo, sociais – seja para as próprias regiões rurais, seja, então, para a sociedade brasileira como um todo, caso esta última pudesse antever e refletir publicamente sobre essas transformações e suas consequências. No campo, o esvaziamento populacional, também impactado pela exacerbação das diferenças regionais e sociais decorrentes da heterogeneidade estrutural, significará a ampliação das parcelas do espaço rural que observarão o declínio e a decadência, mantendo-se em relativo abandono. Já em relação à sociedade restaria uma pergunta simples, mas nunca sequer discutida: interessa aos brasileiros o esvaziamento social e econômico e o enfraquecimento das redes de interação humana em largas proporções das regiões do interior, afetando negativamente a economia agrícola e a vida social em expressiva proporção nos pequenos e médios municípios?

5 A (IN)AÇÃO GOVERNAMENTAL

Em decisivo, pois revelador, artigo publicado em 2014, José Garcia Gasques e Eliana Teles Bastos discutiram os gastos públicos “destinados ao desenvolvimento agrícola e rural no Brasil” (2014, p. 867). Especialistas no tema, os autores esmiuçaram os gastos efetivados durante uma longa série histórica a partir dos dois agregados que cobrem as despesas públicas sujeitas àquela destinação – intitulados nos documentos oficiais de funções “agricultura” e “organização agrária”. Conforme salientam, a importância principal de tal exame é verificar não apenas os montantes alocados, mas, em particular, as prioridades estatais ao longo do tempo, especialmente quando os totais das duas funções são cotejados com outras alocações orçamentárias. A análise permitiria, em conclusão, entender como os diferentes governos percebem a atividade econômica da agricultura e suas vicissitudes, assim como certos aspectos da vida social rural, pois “organização agrária” inclui os gastos com reforma agrária, assentamentos rurais e colonização.

Entre inúmeras conclusões de evidente relevância no referido texto, destaca-se, contudo, uma observação geral que merece ser citada:

Os gastos públicos, a partir de 1990, mostram o final de um período de forte subsídio ao crédito rural e de intervenções, e o início de um importante período de transformações econômicas. (...) *o que mais chama atenção é a enorme redução de gastos públicos entre 1990-1999 e 2000-2009, de R\$ 100 bilhões entre as duas décadas. Essa redução, em valores reais, pode ser atribuída às mudanças na concepção da política agrícola brasileira* (...). O peso da redução de recursos apontada ocorreu sobre a função agrícola (...). O governo federal começou a ter uma participação muito pequena no financiamento da agricultura, passando de participante majoritário no financiamento para uma posição de gestor (...). A direção principal foi a transferência para setor privado de funções antes executadas pelo poder público (Gasques e Bastos, 2014, *passim*, grifo nosso).

O artigo e a sua análise, infelizmente, (ainda) não produziram o efeito que deveriam imediatamente serem desencadeados entre os especialistas e demais interessados, apesar do surpreendente dado estatístico e das demais conclusões do texto. Quais teriam sido as implicações práticas daquela redução indicada acima no funcionamento cotidiano da ação governamental destinada ao desenvolvimento agrícola e rural? Como interpretar corretamente esta estatística tão iluminadora em relação às prioridades nacionais? A redução verificada nas despesas orçamentárias ocorreu porque a agropecuária se tornou eficiente e, por isso, o Estado pôde ir se retirando, privilegiando outras áreas setoriais ou porque as disputas congressuais pelos recursos públicos, na formatação da peça orçamentária, passaram a refletir, sobretudo, os interesses não rurais?

Essas e muitas outras perguntas precisariam ser respondidas com rigor analítico fundado em fatos empíricos irrefutáveis e amplo debate entre os interessados. Mas não se obtêm respostas satisfatórias porque o tema geral “ação governamental no campo” (ou “políticas públicas para o mundo rural”) nem remotamente tem sido pesquisado no Brasil como seria necessário, em face da importância desse setor econômico. De um lado, a vasta maioria das pesquisas é muito específica em seu foco analítico, ignorando o desenvolvimento agrário como um processo geral e nacional e as lições da História; assim, são estudos relativamente incapazes de unir a parte que analisam ao “movimento da totalidade” em período de tempo mais longo. Adicionalmente, uma proporção significativa dos estudos são principalmente descrições, o que é útil em um primeiro momento, mas insuficiente em se tratando da necessidade de ampliar as interpretações, pois somente assim nascerá conhecimento consolidado sobre o tema geral.

De outro lado, parte igualmente substantiva da produção dos cientistas sociais sobre o Estado e suas políticas assume, explicitamente ou não, uma postura acrítica em relação à ação governamental, inclusive sem associar um estudo específico

(a avaliação de uma política pública particular, por exemplo) nem mesmo aos temas orçamentários e às possibilidades financeiras governamentais, assumindo tacitamente que *o Estado tudo pode* – e, se não faz, é porque faltaria “vontade política” ou outros argumentos do mesmo jaez. Variamos de posições que ou são ultraliberais, ignorando nossas urgências sociais, ou idealizam o poder estatal sem sequer conhecê-lo adequadamente. Por detrás de tais equívocos tão corriqueiros, verifica-se a profunda falta ou insuficiência de esforços científicos rigorosos destinados a produzir conhecimento amplo e consistente sobre o Estado e a ação governamental destinada ao mundo rural. Sua inexistência acarreta, em consequência, uma literatura superficial e inapropriada, incapaz de iluminar o tema geral.

As evidências desse fato geral são numerosíssimas, sem que possam ser objeto de análise aqui, pois sua investigação iria requerer uma robusta equipe de estudiosos, em esforço de médio prazo, o qual resultasse em alguns volumes que esmiuçassem o assunto. O propósito, nesta seção, é apenas diagnosticar o problema geral, relacionando-o ao “novo padrão” citado e insistir que os efeitos práticos da ação governamental para “o mundo rural” se ressentem desse desconhecimento relativo, e seu desenho operacional acaba sendo prejudicado por insuficiência analítica. Por isso, as políticas públicas estão ancoradas no passado, tributárias de iniciativas que surgiram ainda na década de 1970, em suas diretrizes mais amplas. Para tanto, bastaria comentar brevemente sobre os dois braços ministeriais que são dirigidos ao “mundo rural”, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O primeiro observou, nos anos recentes, o seu esvaziamento operacional, com diversas modificações que transferiram para outros âmbitos do governo federal atribuições antes consideradas essenciais para o desenvolvimento de uma estratégia coerente destinada às regiões rurais. Os serviços de extensão rural e as ações em reforma agrária foram transferidos para o MDA, como também, em particular, as decisões oriundas do “coração econômico” do ministério, que era a elaboração do financiamento da safra, cujas decisões finais foram transferidas para o Ministério da Fazenda. Como coroamento desse processo de rebaixamento operacional do Mapa, recentemente, até mesmo a Assessoria de Gestão Estratégica do ministério foi extinta, uma decisão sintomática que demonstra o desinteresse em torno de compreensões abrangentes sobre a agropecuária e seu futuro.

A trajetória do MDA é ainda mais deplorável nesses anos recentes. Trata-se de ministério, inclusive, com poucos quadros técnicos e administrativos, pois parte considerável de sua ação vem sendo desenvolvida através de contratos parciais e consultorias as mais diversas. A partir de 2003, esse ministério se tornou paradigmático do processo de partidização empreendido pelas administrações federais que se seguiram, intensamente dominado por setores políticos e partidários representativos da antiga “esquerda agrária”. A ilustração mais evidente do fracasso do MDA tem sido a imensa propaganda apologética e idealizante desenvolvida em

torno da expressão “agricultura familiar” ao longo desses anos e, para beneficiar esse universo de produtores, as tentativas de implantação de uma política que produzisse resultados benéficos aos “familiares”, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Seus resultados, contudo, são pelo menos problemáticos, em face da forte concentração na distribuição dos recursos do programa, que gradualmente se acumulou, particularmente, nos três estados sulistas. Dessa forma, um contexto de disparidades regionais que já existia anteriormente (especialmente quando confrontados o Sul e o Nordeste rural), tornou-se ainda mais desigual, não obstante o programa e os seus propalados objetivos, observando-se um relativo fracasso em seu desenvolvimento e resultado geral.

Como diagnóstico geral, têm faltado criatividade e ousadia na discussão sobre tais políticas, inclusive porque o Brasil observou situações pelo menos curiosas nos últimos vinte anos em termos da visão do Estado sobre o campo e suas transformações. Duas delas merecem referência mais destacada.

Primeiramente, examinado em perspectiva histórica, o erro que foi a criação do MDA, em janeiro de 2000, uma herança, de um lado, de tempos antigos, desde o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (1982), durante o regime militar, e o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (1985), no alvorecer da democratização. Por esse ângulo, a instituição do novo ministério repercutiu o peso dos temas ligados à concentração da propriedade fundiária e o foco agrário e social da história rural. Contudo, o nascimento do MDA deveu-se, sobretudo, à institucionalização da expressão “agricultura familiar”. Esta, embora sendo um gigantesco equívoco em termos conceituais (Navarro e Pedroso, 2011), teve clara importância política por chamar a atenção para a vasta maioria de produtores rurais historicamente ignorados pelo Estado. O erro, provavelmente de difícil antevisão naqueles anos, foi fragmentar, com o passar do tempo e em decorrência dessa duplicidade ministerial, o que, de fato, não é passível de segmentação na vida real, que é a produção agropecuária e suas inter-relações sociais e econômicas, as quais, pelo contrário, foram se tornando ainda mais adensadas e articuladas, até mesmo com a emergência do novo padrão agrário e agrícola aqui discutido. A insistência na expressão, aos poucos, criou uma dicotomia fantasiosa, afetando diretamente a lógica das políticas públicas em face da falsa oposição entre “agronegócio” e “agricultura familiar”. Concretamente, essa separação inexistente nela insistir significa que se admite que no enorme mundo produtivo dos pequenos produtores o objetivo das famílias não seria obter ganhos positivos, o que representa um absurdo, quase um delírio, repetido até por estudiosos, embora utilizando outros termos e argumentos (Navarro, 2015a).

O segundo aspecto que merece destaque se associa ao primeiro e se relaciona à inexistência, na história brasileira, de qualquer iniciativa governamental federal que possa ser intitulada, em acordo com a literatura técnica, de “desenvolvimento rural”.

Ou, em termos mais diretos: *jamais existiu no Brasil uma ação nacional em nome do desenvolvimento rural*, o que claramente indica que nunca houve uma política movida pelo objetivo de promover a melhoria das condições não apenas da produção, mas da vida social rural. Embora diversas ações regionais (especialmente no Nordeste rural) tenham recebido tal designação em alguns momentos, não foram, tecnicamente, ações em desenvolvimento rural, mas tinham objetivos mais específicos, ou voltados à modernização agrícola, ou então dirigidos a aspectos particulares dos estabelecimentos rurais dos pequenos produtores. Ainda mais importante: com a emergência do novo padrão agrícola e agrário apresentado, as chances históricas de um “plano nacional de desenvolvimento rural” se reduziram dramaticamente e, muito provavelmente, *esta é ação que jamais ocorrerá futuramente*. São relativamente óbvias as razões para essa conclusão, não requerendo explicitação, mas é relevante enfatizá-la, pois se relaciona diretamente com as repercussões das tendências mais gerais ora em curso nas regiões rurais, sucintamente apontadas na seção final. Sem um projeto nacional de desenvolvimento rural, claramente definido e com legitimação política e social, será preciso conviver no futuro próximo com uma agricultura sem agricultores, conforme antes salientado.

Existirá ainda alguma chance de reverter esse quadro geral de inoperância da ação governamental, pelo menos em prazo curto? É improvável, por uma razão específica, que tem sido minimizada ou menosprezada pela maior parte dos estudiosos, dos dirigentes e das autoridades ligadas à vida rural. Desde os anos 1990, em face das polarizações políticas que foram sendo fermentadas pelo processo de redemocratização, gradualmente se reduziu o ambiente de debate livre sobre a produção agropecuária e sobre as “sociedades do interior” e as suas regiões propriamente rurais. Esse estreitamento vem ocorrendo em virtude das disputas partidárias, e, assim, um esforço de aperfeiçoamento analítico que observou algum desenvolvimento durante anos anteriores foi fortemente estiolado no presente século, abafado pela emergência de uma “nova narrativa” fomentada por setores políticos e partidários ligados ao campo da esquerda agrária tradicional – embora uma construção discursiva com quase nenhum resultado prático (em termos, por exemplo, de redução da desigualdade social) tenha sido intensamente difundida, supostamente indicando ter existido, nesses anos, um esforço de ação governamental “mais social”, o qual teria abrandado a desigualdade e ampliado as oportunidades para as famílias rurais mais pobres. É um foco central que ainda não foi rigorosamente analisado na literatura, embora diversos indícios estatísticos e evidências assistemáticas registrem que, concretamente, nas regiões rurais, as tendências de desenvolvimento tenham sido opostas a esta “narrativa”. A emergência de um novo padrão agrário e agrícola sugere precisamente que o foco social dessa construção discursiva tenha sido, no período, meramente retórico, sem nenhuma correspondência com os fatos da realidade.

Com a conquista do Estado, em outubro de 2002, esses setores procuraram, por diversos meios, institucionalizar a citada narrativa, ainda que seja uma interpretação pontilhada de fatos apenas supostos, conceitos extremamente controversos e noções até inacreditáveis (como a tentativa de ressuscitar o termo “campesinato”). Há, portanto, sob esse comentário, um desenvolvimento bizarro que tem passado quase despercebido: os setores sociais e o campo político, que, em tese, reivindicam o monopólio de uma “visão progressista” sobre o desenvolvimento agrário, insistindo em temas como a reforma agrária, o fortalecimento dos pequenos produtores e outros “temas sociais”, ao interditar as chances de um debate amplo e irrestrito sobre as transformações no campo, são os mesmos responsáveis que acabaram produzindo um efeito contrário. Qual seja, em sua tentativa de abafar qualquer visão contrária àquela “narrativa proposta”, impediram, nesses anos mais recentes, o florescimento de um debate abrangente, sem peias, que abrigasse diferentes visões e perspectivas analíticas e, assim, pudesse ter maiores chances de produzir um conhecimento relevante que orientasse a elaboração de políticas eficazes. Não tendo sido possível esse debate, parece ser inevitável concluir que a leitura dominante sobre o desenvolvimento agrário brasileiro tem sido caracterizada por surpreendente pobreza analítica, desta forma colhendo o resultado das interdições conduzidas nos últimos dez a quinze anos em praticamente todas as esferas de âmbito estatal, das universidades às instituições de pesquisa.

6 A PESQUISA AGRÍCOLA E A FUGA DA REALIDADE

Grosso modo, são quatro os ambientes organizacionais que no Brasil incentivam a produção de pesquisa agrícola. O primeiro deles, cujas facetas principais e a magnitude de sua atuação são relativamente desconhecidas, inclusive em termos gerais, refere-se às iniciativas realizadas pelas empresas privadas. Embora com notória ampliação do escopo de sua ação nos anos recentes, além de crescente controle do processo de inovação e disseminação dos novos artefatos tecnológicos em diversos ramos produtivos, não se estuda ou se conhece, como seria necessário, esse primeiro campo de produção de pesquisa. Por esta razão, são apenas presumidas as percepções acerca das agendas de pesquisa realizadas pelos entes privados envolvidos com a economia agropecuária.²¹

Os outros três campos de ação se referem à pesquisa agrícola pública. Um deles se refere às atividades de investigação científica realizadas nas universidades estatais. Nesse caso, como as parcerias com empresas privadas ocorrem raramente, a agenda de pesquisa desenvolvida em tais instituições, de fato, é realizada ao acaso e com escassa relação direta com o mundo real da produção. Os problemas a serem

21. Lembrando que as mais importantes bases de dados são agregadas e não permitem a diferenciação entre a ação pública e a ação privada. Os censos agropecuários, por exemplo, consideram a “agricultura” como um todo, sem desagregar certas facetas que seriam específicas do setor privado.

pesquisados são intuídos, algumas vezes, em função de observações concretas, mas, na maior parte das vezes, refletem desejos pessoais dos pesquisadores, operados em função de idiosincrasias circunstanciais ou caprichos teóricos. Como não existe nenhuma diretriz publicamente legítima (as quais poderiam ser os editais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, por exemplo) que oriente pelo menos os caminhos mais gerais da pesquisa agrícola nessas instituições, a consequência é que a vasta maioria das universidades públicas, de fato, contribui apenas marginalmente, em termos de inovações e novas tecnologias, para o desenvolvimento da agropecuária brasileira. Causaria um grande espanto a um observador mais atento verificar o gigantesco desperdício de recursos públicos, somados os gastos das universidades, com agendas de pesquisa que refletem casuísmos irrelevantes, opções meramente pessoais, sem elos com a realidade prática da produção, ou, ainda, esforços de pesquisa que atendem a minúsculos debates estritamente acadêmicos, igualmente distantes das necessidades imediatas dos produtores rurais e sua vida econômica.²²

Outro espaço que se dedica à pesquisa agrícola pública seria aquele integrado pelas chamadas “organizações estaduais de pesquisa pública”, conhecidas pela sigla Oepas. Existem em quase todos os estados e, algumas delas, são tradicionais e antigas, como o venerável Instituto Agronômico de Campinas, fundado em 1887 como Estação Agronômica de Campinas, por Dom Pedro II. Ou, ainda, também em São Paulo, o Instituto de Zootecnia (1905) e o Instituto Biológico (1927). Embora uma generalização seja injusta em relação a alguns poucos casos específicos que ainda apresentam desenvoltura operacional, no geral, essas organizações experimentam, há certo tempo, situações de aguda crise de funcionamento e de direcionamento estratégico. O diagnóstico dessa situação sempre apontará fatores específicos, como o desinteresse dos governos estaduais, os baixos salários ou a falta de renovação dos quadros de pesquisadores.

Mas existem os fatores gerais, o principal deles diretamente relacionado aos argumentos aqui apresentados, ou seja, o chocante distanciamento da formulação das agendas de pesquisa em relação aos fatos empíricos do mundo concreto da produção e da vida social nos municípios, sobretudo aqueles de base agrícola. Como se discutirá a seguir, igualmente em relação ao caso específico da Embrapa, essas são instituições fortemente afetadas negativamente por uma *inversão* ocorrida paralelamente ao processo de mudança tecnológica da agropecuária brasileira e que pode ser sintetizada sucintamente a seguir.

22. Sem citar, por falta de espaço, inúmeros outros problemas que incidem negativamente sobre as agendas de pesquisa das universidades públicas. São as instituições com o maior número de pesquisadores e, talvez, com a mais clara legitimação social no tocante à “produção científica”. Mas o seu desenvolvimento institucional nos anos recentes tem sido desastroso, capturadas por retórica fantasiosa e interesses meramente corporativistas e partidários. São urgentes os estudos críticos sobre essas instituições, no sentido de torná-las socialmente relevantes.

Em um primeiro momento de nossa história rural contemporânea, centrado em torno da década de 1970, quando foi operado o primeiro grande esforço de modernização, os indicadores de base tecnológica eram extremamente primitivos, como se sabe, e, desta forma, aperfeiçoamentos orientados por um foco agrônomo e tecnológico imediatamente promoviam resultados que, igualmente, acabavam atendendo a determinantes econômicos, garantindo ganhos e elevação da rentabilidade. Foi situação que, no geral, prevaleceu durante a década de 1980 e talvez, para certos ramos produtivos, até mesmo durante a década de 1990. Ou seja, as inovações que as agências públicas de pesquisa agrícola (as estaduais, a Embrapa ou setores das universidades) ofertaram naqueles anos puderam ser adotadas por parcelas expressivas dos produtores rurais porque, quase sempre, produziam resultados significativos em termos de aumento da produção e da produtividade – mas também aumentos significativos de renda.

Contudo, os segmentos de produtores que intensificaram os formatos tecnológicos de suas propriedades foram igualmente se integrando aos mercados, e, assim, gradualmente se instalou uma lógica econômica e financeira que passou, cada vez mais, a condicionar as atividades agropecuárias desses estabelecimentos que se modernizaram mais intensamente. Essa foi a *inversão* dos “determinantes principais”, a qual trouxe os imperativos econômicos para a dianteira, subordinando os agrônomo, o que teria ocorrido, na maioria dos ramos produtivos, em momentos da década de 1990. E foi virada que se tornou definitiva nos anos do novo século, quando o novo padrão agrário e agrícola se impôs de forma categórica na organização produtiva da agricultura brasileira. Essa inversão tem ainda passado largamente despercebida nas organizações públicas de pesquisa agrícola e está na origem da crise que vem afetando-nas, sejam as estaduais, seja a Embrapa – são instituições ainda presas ao passado, acomodadas às antigas práticas de pesquisa, cujo foco prioritário era o tecnológico-agrônomo. Ainda que muitos de seus pesquisadores ostentem biografias notáveis em áreas específicas da agronomia, quase sempre são desconhecedores, entretanto, dos focos econômicos e financeiros da atividade agropecuária. Por esta razão, como esses últimos focos se tornaram os principais determinantes para orientar os produtores em seu processo decisório e suas escolhas produtivas, são instituições que passaram a ser dominadas por crescentes incertezas estratégicas, inclusive porque suas histórias institucionais, frequentemente, são pobres em pesquisas econômicas e sociais e, em consequência, não acumularam conhecimento apropriado sobre esses focos do desenvolvimento agrário.

Afirmado com simplicidade, esse é o desafio principal das instituições públicas de pesquisa agrícola: quase todas conhecem superficialmente os fundamentos econômicos e financeiros da agropecuária e, menos ainda, o novo padrão agrícola e agrário vigente na atividade. Como esses fundamentos se tornaram os *determinantes principais*, é insuficiência que, de fato, está na raiz do problema, pois impede

a especificação de agendas de trabalho relevantes para o futuro da agropecuária. Manter o foco agrônomico e o estritamente tecnológico como os inspiradores principais, menosprezando os imperativos da realidade econômico-financeira, em uma atividade que vem se monetarizando intensamente, é erro primário que aprofunda a desorientação estratégica dessas organizações públicas.

Como seria esperado, o caso da Embrapa, que isoladamente forma o quarto grupo a ser citado, é o mais emblemático e preocupante, em face de sua capilaridade nacional, peso orçamentário, consolidada tradição em pesquisa agrícola e influência potencial. Não serão discutidos aqui os desafios principais que confrontam a mais importante empresa pública brasileira nesse campo e uma das mais importantes do mundo, gravemente afetada por inúmeras (e crescentes) dificuldades operacionais, a principal delas sendo o bloqueio quase intransponível para definir uma estratégia adequada de ação em pesquisa agrícola, em face das implicações do novo padrão agrário e agrícola.²³ O Plano Diretor da Empresa, como ilustração, é documento que sequer menciona os processos principais em curso na agropecuária brasileira, menos ainda aqueles que são mais problemáticos; desta forma, é um documento ficcional, inteiramente descolado do mundo real. Na sua parte final, por exemplo, existe um glossário que é iniciado com o termo “agricultura”, que nem mesmo é definida, com surpresa, como uma atividade econômica, mas apenas como um sistema agroalimentar meramente físico, da produção ao beneficiamento, incluindo a agroindústria.²⁴

Em síntese, o fator principal que fermenta uma crise entre as instituições públicas de pesquisa agrícola é sua incapacidade de se conectar corretamente ao mundo real da produção agropecuária brasileira. São organizações que se acomodaram ao *modus operandi* do período em que foram entendidas como mais bem-sucedidas (basicamente, as décadas de 1970 e 1980), quando predominou o seu esforço mais robusto, que eram as pesquisas orientadas exclusivamente sob um foco agrônomico e aplicado. A partir dos anos 1990 em diante e, em especial, durante a plena vigência do novo padrão discutido, o foco econômico e, particularmente, o financeiro, passaram a dominar ferreamente o processo decisório no interior das cadeias produtivas, inclusive em relação às inovações e às mudanças tecnológicas. Mas aquelas organizações, praticamente sem exceção, permaneceram ancoradas no passado.

23. Foi escrito por Navarro (2015b) o documento intitulado *Embrapa: o futuro chegou*, que circulou internamente e não foi publicado, no qual se discutiram os principais problemas que afetavam o desenvolvimento da empresa. Gerou um frutífero debate entre parte significativa dos pesquisadores, embora tenha sido recebido com hostilidade pela presidência da Embrapa. O Plano Diretor desta Empresa pode ser localizado no endereço eletrônico: <<https://goo.gl/2tYLE2>>.

24. O Plano Diretor da Embrapa está disponível no portal da empresa: <<https://goo.gl/ufLPUD>>.

7 CENÁRIOS POSSÍVEIS E PROVÁVEIS

Limitado, por um lado, pela brevidade aqui exigida e, por outro lado, pelo formidável desafio interpretativo representado pelo escopo e pela complexidade das mudanças estruturais que vêm revolucionando a economia agropecuária e a vida social rural, nesta seção final, é apenas sugerido um esquemático sumário de algumas tendências e cenários que são mais claramente previsíveis. Qualquer exercício de previsão, sem dúvida, é desafiador e de alto risco, seja qual for o fato social a ser antevisto. Desta forma, talvez seja sensato seguir a sugestão de Boaventura de Sousa Santos, que seria a abordagem da “sociologia das emergências”, que consistiria em atribuir um foco especial a alguns sinais empíricos do presente, augurando ver neles os embriões do que pode vir a ser futuramente mais consequente e decisivo.

Seguindo essa orientação, as mudanças discutidas nas seções anteriores apontam que as transformações operadas no custo e na disponibilidade dos fatores de produção (especialmente capital e mão de obra), no âmbito do novo padrão e em contextos de acirramento concorrencial e riscos crescentes, associam-se à crescente complexidade operacional da administração da atividade. Ao mesmo tempo, a ação governamental parece estar ainda ancorada ao passado e sequer os seus braços da pesquisa agrícola se esforçam para interpretar as novas realidades agrárias. A convergência dessas mudanças resulta no aprofundamento da heterogeneidade estrutural, alargando o fosso das desigualdades regionais e adensando as assimetrias sociais, que vêm se tornando extremamente graves no campo brasileiro.²⁵ A agropecuária talvez seja o ambiente social e econômico onde mais nitidamente estão em curso claros processos de darwinismo social.

Abrem-se assim cenários radicalmente inéditos para o futuro próximo das regiões rurais do país. Sem insistir que são necessariamente as mais decisivas, são apontadas a seguir cinco tendências que parecem discerníveis de imediato, todas capazes de acarretar profundas consequências práticas.

Primeiramente, é possível prever que vastas regiões do rural brasileiro se manterão esvaziadas nos anos (e décadas) vindouros em termos populacionais e produtivos, incapazes de manter seus moradores e de fomentar alguma dinamização econômica de maior expressão. Ante a assustadora precariedade dos serviços essenciais, associada à pobreza costumeira que caracteriza os pequenos municípios do interior de base agrícola, somente nas regiões onde existir uma significativa expansão da agropecuária é que se experimentará a possibilidade de

25. Em mais uma evidência da confusão reinante, um economista neoclássico visto por alguns como politicamente conservador, Eliseu Alves, tem desenvolvido pesquisas sobre pobreza rural há mais de trinta anos. Mais recentemente, seus trabalhos têm sido extremamente relevantes para demonstrar empiricamente a espantosa concentração (em valor) da produção agropecuária, em chocante contraposição com a retórica ideológica dos governos desse século e a propaganda sobre supostas “políticas sociais”. Seu artigo principal foi publicado após a liberação do Censo 2006 (Alves e Rocha, 2010), embora seguido por outros reveladores estudos sobre o assunto (entre diversos de sua vasta produção científica, consulte-se Alves e Souza, 2015).

enraizar aglomerados urbanos (e seus serviços e atividades) com potencialidades futuras mais promissoras e de maior atratividade social. Como curta ilustração, a repetição do caso da expansão da soja no antes inóspito norte do Mato Grosso, que vem garantindo prosperidade para algumas cidades daquela parte do estado, tem sido mais uma exceção do que um generalizado reordenamento que promova a prosperidade de inúmeras regiões rurais. *O esvaziamento populacional e até mesmo o estabelecimento de um deserto demográfico em partes do Brasil rural é a primeira tendência já em curso a ser destacada.*

Além dos condicionantes econômicos e tecnológicos citados, combinam para esse desenlace o amalgamento entre uma vida social precária e sem atrativos no mundo rural e o fato de terem sido tornados bem menos desafiadores os processos migratórios, quando comparados com o passado mais distante. Esse último fato afasta do campo, em especial, os mais jovens, quando buscam empregos e outras oportunidades nas cidades. Sobre a referida precariedade, bastaria, talvez, apenas uma ilustração estatística: segundo o Censo Escolar divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) em 2014, entre 2003 e 2013, o número de escolas rurais caiu de 103,3 mil para 70,8 mil, e, do agrupamento de escolas com cinquenta alunos ou menos, apenas 9% está localizada em áreas urbanas, mas são 56% das escolas rurais, sugerindo um processo de espantosa redução da oferta de escolaridade das primeiras séries nas regiões rurais. Esse fator, notoriamente, é um dos mais fortes motivadores de expulsão do campo, pois os pais sabem que seus filhos estarão condenados sem o acesso à educação.

A segunda tendência, diretamente decorrente da primeira, igualmente identificável com facilidade em todas as regiões rurais, diz respeito à *crescente escassez do fator trabalho e, como resultado, a elevação do custo de sua contratação, onde esta ainda existir*. Em alguns estados (os três do Sul, por exemplo), já é extremamente difícil a contratação de trabalhadores assalariados e, na maioria dos demais estados, o mercado de trabalho rural já é notoriamente escasso, tornando inexistente a antiga “oferta ilimitada de trabalho”, discutida na segunda seção. A consequência imediata dessa tendência é a exacerbação da mecanização, o que vem se concretizando, em especial, nas regiões de maior intensidade tecnológica e dinâmica produtiva. É mudança que irá concorrer, ainda mais fortemente, para o encurralamento dos estabelecimentos de porte econômico médio ou pequeno – em síntese, os produtores de renda mais baixa. A mecanização implica custos adicionais e, sobretudo, requer conhecimento operacional mais complexo; desta forma, deve contribuir para a concentração da produção e o aumento dos hiatos de produtividade entre grupos de produtores agrícolas.

Não obstante as leituras correntes sobre quedas de preços das mercadorias agrícolas nos mercados internacionais, é improvável que tal redução, se ocorrer,

venha a ser calamitosa a ponto de afetar as exportações brasileiras.²⁶ Por esta razão (e outras não citadas aqui), parece ser definitivo o posicionamento do Brasil, nos anos vindouros, como o maior produtor de alimentos do mundo, superando definitivamente os Estados Unidos. Ante esse fato, a terceira tendência a ser citada é o *surgimento e adensamento de múltiplos mercados e suas relações com a atividade agropecuária e com o cotidiano das famílias rurais, monetarizando intensamente as relações econômicas, mas, igualmente, as mentalidades* – para utilizar uma linguagem que é típica da sociologia. Ou seja, processos de monetarização não são apenas econômicos, mas também sociais e culturais (Streeck, 2012). Esse é fato pouco estudado, não obstante suas inúmeras implicações práticas, produzindo complexidade (e afastando as famílias rurais pouco preparadas para tal desafio), mas também ampliando os riscos potenciais de gestão da propriedade, além de estender *ad infinitum* as expectativas sociais dos moradores dos rincões rurais. A mercantilização da vida social, portanto, não é uma frase geral retórica, mas, pelo contrário, impõe mudanças de visão de mundo, as quais redefinem radicalmente os comportamentos sociais das famílias rurais.

A quarta tendência aponta para a *continuidade da ineficácia geral da ação governamental e a relativa inoperância das políticas públicas*. Ancorado em sua inércia burocrática, o Estado brasileiro é organizado de acordo com ditames nascidos no passado, parecendo ser incapaz de se adaptar ao novo padrão de acumulação. A maior parte das políticas existentes e as alocações orçamentárias sob as rubricas de “agricultura” e “organização agrária”, a partir das quais os gastos públicos se distribuem, são orientadas por compreensões antigas e relativamente obsoletas em face dos requerimentos operacionais exigidos pelo emergente padrão agrário e agrícola. Os exemplos citados na seção correspondente, embora não esgotem as situações comprobatórias que demonstrariam tais bloqueios, podem, no entanto, corroborar a tendência ora apontada. Adicionalmente, é inoperância que deve manter-se por largo período de tempo porque diversas esferas estatais, de um lado, têm sido “capturadas” por interesses políticos que rechaçam maior abertura analítica sobre o mundo rural e defendem políticas públicas que são até mesmo absurdas quando confrontadas com as realidades agrárias.²⁷ De outro lado, é preciso considerar que a ação geral do Estado no tocante às regiões rurais e à agropecuária parece fundar-se em um pressuposto tácito, como se a sua atuação setorial, nesse

26. “No caso dos alimentos existem três peculiaridades em relação aos outros grupos de *commodities* [por exemplo, petróleo ou minério de ferro], que tornam diferentes os impactos sobre o Brasil. São elas: 1. A demanda da China não parou de subir. Como a renda média do país é ainda baixa, é natural que a procura por mais e melhores alimentos continue se ampliando (...). 2. Os chineses decidiram elevar a proporção das importações na oferta de alimentos para o mercado interno (...) a importação permitiria reduzir o custo da comida (...). 3. No Brasil, a mudança tecnológica e a elevação da produtividade continuaram a avançar (...) É por isso que o agronegócio (bem tenha os seus problemas) é o único setor importante da economia brasileira a crescer” (Barros, 2016).

27. É o caso da política de redistribuição de terras erroneamente intitulada de “reforma agrária” e seu avultado orçamento, que não tem mais nenhuma justificativa em sua continuidade (Navarro, 2014).

particular, fosse desnecessária, e, assim, seria viável ir gradualmente reduzindo a sua presença e políticas específicas dedicadas a essa esfera da produção e da sociedade.²⁸

Por fim, a quinta tendência geral que deve acentuar-se com o passar do tempo diz respeito ao *lcs* do processo decisório relativo à produção e sua estruturação, os formatos tecnológicos e o campo de escolhas dos produtores rurais. O centro decisório das cadeias produtivas, especialmente se essas forem se tornando mais rígidas (e, sobretudo, mais curtas), em casos conhecidos e analisados na literatura, acaba se hierarquizando fortemente e concentrando-se em poucos agentes econômicos, ou até mesmo em apenas uma firma dominante, capaz de subordinar todos os demais participantes da cadeia. Tal desenvolvimento parece ser universal em processos de expansão produtiva da agropecuária, tendo ocorrido em distintos países e em praticamente todos os ramos produtivos mais capitalizados, sendo improvável que o caso brasileiro possa observar algum encaminhamento diferente. Desta forma, salientam-se duas transformações que se tornarão ainda mais visíveis com o passar do tempo: primeiramente, os formatos tecnológicos e as chances de inovações se materializarem dependerão das formas de governança das cadeias e, em especial, do posicionamento dos agentes econômicos dominantes. Em segundo lugar, como também demonstrado em outros contextos e histórias rurais onde a agropecuária se modernizou intensamente, o campo de escolhas dos produtores rurais tende a se estreitar notavelmente. Especialmente em cadeias produtivas curtas e rígidas, praticamente não existe nenhum espaço sequer de negociação entre os agentes agroindustriais dominantes e as famílias rurais.

Combinados os processos socioculturais, econômico-financeiros e tecnológico-produtivos que foram esboçados, a emergência de um novo padrão de acumulação de capital que se tornou determinante para impor a *rationalité* da agropecuária parece ser irreversível e definitiva. Se confirmado nos próximos anos esse novo patamar do desenvolvimento agrário brasileiro, o padrão representará, de fato, uma “viragem” na história rural do país, utilizando novamente o termo inicialmente citado na passagem de Le Goff. É uma virada sem precedentes e com consequências gigantescas para o futuro da atividade no Brasil, consolidando uma agricultura socialmente esvaziada, ainda que economicamente espetacular.

7.1 E os temas ambientais?

Por fim, cabe ainda um comentário que, sem dúvida, se constituirá na parte mais controvertida dessa análise. Até aqui, praticamente não se introduziu qualquer consideração analítica significativa sobre algum “foco ambiental”, o que surpreenderá aqueles mais informados com a literatura a respeito, pois os temas relacionados ao

28. O que significa que o autor reitera seu endosso ao argumento sobre o gradual “retraimento” do Estado e suas políticas em relação ao mundo rural, conforme uma das proposições originalmente sugeridas no artigo das “sete teses” (Buainain *et al.*, 2013).

meio ambiente se tornaram absolutamente centrais, ubíquos e decisivos. Mas não é tema para ser aqui discutido de forma mais detalhada e solidamente argumentativa, o que exigiria espaço demasiadamente extenso.

Talvez seja possível tornar o assunto coadjuvante a partir das proposições que são sinteticamente apresentadas a seguir. Nesse sentido, nesta subseção, apenas é sistematizado, esquematicamente, um curto conjunto de “argumentações principais”, sem que nenhuma delas seja devidamente provada empiricamente ou aprofundada mais longamente, o que exigirá futuros estudos. São as seguintes:

- Na atualidade, a “dimensão ambiental” do desenvolvimento agrário brasileiro, que já assumiu no passado candente proeminência no debate público em função de fatos específicos (níveis absurdos de desmatamento, fatos relativos à contaminação química, dramáticos processos de erosão do solo, entre outros), recuou para um segundo plano. Mesmo que ainda possa ser avaliada como um aspecto de crucial relevância, gradativamente tem perdido a urgência assumida em tempos passados.
- Por que tem sido assim? Provavelmente, as razões principais são três. Em primeiro lugar, há um imperativo prático. A emergência do “novo padrão agrário e agrícola” acarreta diversas consequências, uma delas sendo a “dominação schumpeteriana” da atividade, ou seja, um acirramento concorrencial que é internalizado na atividade, passando ser sua parte constitutiva. Para sobreviver nesse contexto de irrefreável competição intercapitalista, se impõem comportamentos mais rígidos e cautelosos aos produtores rurais. Precisam lidar com competência com todos os fatores de produção, atendendo à necessidade de elevação contínua da produtividade, o que inclui os aspectos ambientais da atividade, pois são fatores que incidem na sua rentabilidade final – seja a preservação (ou renovação) de seus recursos hídricos ou o manejo mais apropriado do solo, entre outras boas práticas de agronomia. Esse imperativo produz um resultado concreto inquestionável: o aumento contínuo da produtividade acarreta, em consequência, a consolidação de considerável proporção do que poderia ser visto como agricultura sustentável em alguns de seus aspectos primordiais, como a preservação de recursos naturais – ainda que não seja assim em relação a outros aspectos, como o uso crescente de recursos externos que são finitos (energia fóssil, por exemplo, ou outros recursos). O tema de fundo, nesta parte, é, portanto, o debate sobre intensificação produtiva *versus* intensificação sustentável. Discutir a “agricultura moderna”, nesse sentido, deixa de ser uma via de apenas uma mão (contra ou a favor), mas um tema de multifacetada complexidade, pois existem infinitas nuances de argumentação que precisam ser devidamente consideradas.

- Um segundo aspecto diz respeito a um imperativo normativo-social. Ou seja, tanto as pressões sociais, que passaram a incluir os temas ambientais em todas as discussões e debates públicos, ou pelo surgimento do termo “sustentabilidade”, a partir do final da década de 1980, ou após a Rio-92, pela emergência das urgências do debate sobre as mudanças climáticas. Do ponto de vista normativo, a discussão sobre o Código Florestal e outras políticas que, ainda tímidas, são um primeiro passo (como o “Plano ABC”) e representam, de um lado, pressões mais diretas aos produtores, inclusive com penalizações legais que gradativamente não terão como ser evitadas por artifícios judicializados. E, de outro lado, representarão oportunidades de ganhos, caso exista a adesão a algumas das propostas das políticas econômico-ambientais que estiverem à disposição dos produtores.
- Finalmente, existe um terceiro aspecto a ser referido, que seria um “imperativo de compreensão geral” e que se refere ao desenvolvimento de comportamentos sociais fortemente ancorados na compreensão da atividade agropecuária como uma atividade econômica que requer uma rígida administração tanto do ponto de vista financeiro como de sua crescente complexidade operacional. É compreensão que exige a consideração das demandas da sociedade, como os fatores ambientais, e, portanto, os produtores (e os demais participantes das cadeias agroalimentares), gradualmente, introduzirão em suas planilhas de custos itens relativos não apenas à qualidade natural dos alimentos, mas igualmente à excelência ambiental dos sistemas de produção. Esse imperativo irá requerer esforços ainda maiores, por exemplo, no sentido de garantir a produção agropecuária cada vez mais sem a presença de insumos químicos, entre outros aperfeiçoamentos tecnológicos.
- Esse processo social, cultural e produtivo de “escolarização” acerca de uma agropecuária sustentável em constituição já está em marcha em muitas regiões rurais brasileiras, e o novo padrão agrário e agrícola, ao contrário do que insiste parte da literatura especializada a respeito, inspirada na tradição crítica anticapitalista, contribui mais positivamente do que negativamente para a sua consolidação. Afirmado de forma mais simples: uma agropecuária plenamente capitalista, ainda que intensifique o uso de recursos naturais e seja forçada a disputar a sobrevivência em contextos de acirramento concorrencial, ao mover-se conduzida pela maximização da produtividade, necessariamente poupa proporções crescentes daqueles recursos e também incentiva o desenvolvimento de novos formatos tecnológicos que, ao fim e ao cabo, se tornam “ambientalmente desejáveis”. Adicionalmente, diversos protocolos internacionais vêm se tornando obrigatórios, os quais refletem tanto as demandas de

consumidores dos países do capitalismo avançado como determinados grupos com interesses específicos (conforto animal, por exemplo), quase sempre impostos ao mundo da produção por compradores cartelizados, como as redes de supermercados. Ou então, especificamente no caso brasileiro, normas associadas à coibição de formas de contratação que são consideradas como sendo “trabalho escravo”. São mudanças que igualmente contribuem para tornar ainda mais necessário o controle de gestão da atividade em todos os seus múltiplos aspectos.

Em face desse conjunto de argumentos, o objetivo de instituir uma agricultura que seja fortemente sustentável certamente decorrerá mais de processos de “esverdeamento” do atual padrão tecnológico da agricultura moderna do que da substituição desse último arranjo por modelos tecnológicos radicalmente diferentes, como sugerem os proponentes da agricultura orgânica ou noções similares. São as proposições, portanto, que justificam que o tema ambiental assuma uma posição coadjuvante em relação à origem e ao desenvolvimento do novo padrão agrário e agrícola no Brasil.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esforço primordial deste capítulo foi sistematizar e organizar analiticamente, em seu delineamento mais geral, o conjunto de transformações recentes em curso nas regiões rurais brasileiras, as quais estariam ativando a formação de um novo padrão de acumulação de capital, determinado, em especial, por suas manifestações financeiras. Trata-se de um “novo período” em nossa história rural, claramente distinto ao ser comparado com os períodos anteriores, uma fase que desenvolve processos econômico-financeiros e socioculturais inéditos, quase sendo possível afirmar que está em gestação um emergente mundo rural, cuja semelhança com o passado é quase inexistente. Discutem-se alguns aspectos considerados centrais e decisivos na configuração do novo padrão, entre eles o esvaziamento do campo, as mudanças no mercado de trabalho e o aprofundamento das desigualdades regionais e sociais. Por fim, salienta-se também a surpreendente incapacidade da ação governamental de interpretar o conjunto de mudanças em curso e, sobretudo, propor políticas mais adequadas e consequentes. O texto pretende, portanto, esboçar uma proposta de análise geral que possa estimular os debates a respeito e, como resultado, quando for o caso, abrir vias inovadoras de pesquisa em ciências sociais dedicadas ao mundo rural. Se for esta uma leitura correta, poderá ser apontado um cardápio de políticas públicas coladas ao futuro rural ora desenhado para as décadas vindouras, portanto, resultando em ação governamental mais eficaz e relevante, a qual possa aprofundar o lado produtivo virtuoso, mas também reduzir os impactos sociais do atual processo de desenvolvimento agrário, marcado por outra face que é socialmente nociva ao futuro das regiões rurais brasileiras.

REFERÊNCIAS

- ALVES, E.; SOUZA, G. S. Pequenos estabelecimentos também enriquecem? Pedras e tropeços. *In: Revista de Política Agrícola*, ano XXIV, n. 3, p. 7-22, 2015.
- ALVES, E.; ROCHA, D. Ganhar tempo é possível. *In: GASQUES, J. G. et al. (Orgs.). A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas*. Brasília: Ipea, 2010. p. 275-290.
- AMADOR, J.; DI MAURO, F. (Orgs.). **The age of global value chains: maps and policy issues**. London: Centre for Economic Policy Research, 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/HFE9r1>>.
- ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora da Unesp, 1996.
- _____. **Adam Smith in Beijing: lineages of the 21st century**. London: Verso Books, 2009.
- BALESTRO, M. V.; LOURENÇO, L. C. B. Notas para uma análise da financeirização do agronegócio: além da volatilidade dos preços das *commodities*. *In: BUAINAIN, A. M. et al. (Eds.). O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola*. Brasília: Embrapa, 2014. p. 241-265.
- BARROS, J. R. M. As lições da queda das *commodities*. **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, 7 fev. 2016, p. B3.
- BERNSTEIN, H. **Dinâmicas de classe da mudança agrária**. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Produção agrícola municipal de 2014 – PAM**. Brasília: Mapa, 2015.
- BUAINAIN, A. M. *et al.* Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. *In: Revista de Política Agrícola*, v. 22, n. 2, p. 105-121, 2013.
- BUAINAIN, A. M. *et al.* **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa; Campinas: Unicamp, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/tVRWK5>>.
- CLAPP, J. Financialization, distance, and global food politics. *In: FOOD SOVEREIGNTY: A CRITICAL DIALOGUE*, 1., 2013, New Haven, Connecticut. **Resumos...** New Haven: Yale University, 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/rKXMCD>>.
- DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone; Unicamp, 1985.

_____. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DAVIS, G. F.; KIM, S. Financialization of the Economy. **Annual Review of Sociology**, v. 41, p. 203-221, 2015.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro**. São Paulo: Dieese, 2014. n. 74.

EPSTEIN, G. (Org.). **Financialization and the world economy**. United King: Edward Elgar, 2005.

FRIEDMANN, H. The political economy of food: the rise and fall of the postwar international food order. *In: American Journal of Sociology*, v. 88, p. 248-286, 1982. (Suplemento Especial sobre “Marxist Inquiries”).

_____. Discussion: moving food regimes forward – Reflections on symposium essays. *In: Agricultural Human Values*, v. 26, n. 4, p. 335-344, 2009.

FUGLIE, K. O. *et al.* **Productivity growth in agriculture: an international perspective**. Wallingford: CAB International, 2012.

GASQUES, J. G.; BASTOS, E. T. Gastos públicos e o desenvolvimento da agropecuária brasileira. *In: BUAINAIN, A. M. et al. O mundo rural no Brasil do século 21*. Brasília: Embrapa, 2014. p. 867-890.

GASQUES, J. G. *et al.* Produtividade total dos fatores e transformações da agricultura brasileira: análise dos dados dos censos agropecuários. *In: GASQUES, J. G. et al. A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas*. Brasília: Ipea, 2010, p. 19-44.

_____. Produtividade da agricultura brasileira: a hipótese da desaceleração. *In: SEMINÁRIO AGRICULTURA E CRESCIMENTO*, 1., 2016, Brasília, Distrito Federal. **Anais...** Brasília: Ipea, 2016.

GOODMAN, D. *et al.* **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

ISAKSON, S. R. Food and finance: the financial transformations of agro-food supply chains. **The Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 5, p. 749-775, 2014.

KAGEYAMA, A. *et al.* **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1987.

KIRKPATRICK, C.; BARRIENTOS, A. **The Lewis model after fifty years**. Manchester: University of Manchester, 2004. (Working Paper Series, n. 9).

KRIPPNER, G. **Capitalizing in crisis: the political origins of the rise of finance.** Cambridge: Harvard University Press, 2011.

LAWRENCE, G. *et al.* The financialization of food and farming. *In: ROBINSON, G. M.; CARSON, D. A. (Orgs.). Handbook on the Globalization of Agriculture*, 2015. p. 309-327.

LE GOFF, J. **A história deve ser dividida em pedaços.** São Paulo: Editora da Unesp, 2015.

LEWIS, W. A. Economic development with unlimited supplies of labour. **The Manchester School**, v. 22, n. 2, p. 139-191, 1954.

LIPPIT, V. D. Social structure of accumulation theory. *In: McDONOUGH, T. et al. (Eds.). Contemporary capitalism and its crises: social structure of accumulation theory for the 21st century.* New York: Cambridge University Press, 2010. p. 45-71.

MAIA, A. G. O esvaziamento demográfico rural. *In: BUAINAIN, A. M. et al. (Eds.). O mundo rural no Brasil do século 21.* Brasília: Embrapa Estudos e Capacitação, 2014. p. 1081-1098.

MAIA, A. G.; SAKAMOTO, C. S. A nova configuração do mercado de trabalho agrícola brasileiro. *In: BUAINAIN, A. M. et al. O mundo rural no Brasil do século 21.* Brasília: Embrapa Estudos e Capacitação, 2014. p. 591-619.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta.** São Paulo: Hucitec, 1994.

McDONOUGH, T. The state of the art of social structure of accumulation theory. *In: McDONOUGH, T. et al. (Eds.). Contemporary capitalism and its crises: social structure of accumulation theory for the 21st century.* Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 23-44.

McDONOUGH, T. *et al.* (Orgs.). **Contemporary capitalism and its crises: social structure of accumulation theory for the 21st century.** Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

MENDONÇA DE BARROS, A. Agronegócio brasileiro, produção 365 dias. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DO AGRONEGÓCIO*, 14., 2015, São Paulo, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Abag, 2015.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *In: Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001.

_____. Meio século de transformações do mundo rural brasileiro e a ação governamental. *In: Revista de Política Agrícola*, ano XIX, p. 107-118, 2010.

_____. O Brasil nunca teve (e nunca terá) reforma agrária. *In: BUAINAIN, A. M. et al., O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola*. Brasília: Embrapa, 2014. p. 695-723.

_____. Agricultura familiar: é preciso mudar. *In: Agrofoco*, v. 1, n. 1, p. 11, 2015a.

_____. **Embrapa: o futuro chegou**. Brasília: Embrapa, 2015b.

NAVARRO, Z.; PEDROSO, M. T. M. Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2011. (Texto para Discussão, n. 42). Disponível em: <<http://goo.gl/r6weFu>>.

OLIVEIRA, F. A economia brasileira: crítica à razão dualista. *In: Estudos Cebrap*, n. 2, p. 4-82, 1972.

ROBINSON, G. M.; CARSON, D. A. (Orgs.). **Handbook on the globalization of agriculture**. Cheltenham: Edward Elgar, 2015.

SCHMITZ, H. **Value chain analysis for policy-makers and practitioners**. Genebra: OIT, 2005. Disponível em: <<http://goo.gl/ih4wFV>>.

SILVA, J. G. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. (Coleção Pesquisas, n. 1).

SILVA, F. P.; LAPO, L. E. R. Modelos de financiamento da cadeia de grãos no Brasil. *In: CONFERÊNCIA EM GESTÃO DE RISCO E COMERCIALIZAÇÃO DE COMMODITIES*, 2., 2012, São Paulo, São Paulo. **Anais...** São Paulo: BM/FBovesp, 2012.

STREECK, W. How to study contemporary capitalism. **European Journal of Sociology**, v. 53, n. 1, p. 1-28, 2012.

VAN DER ZWAN, N. Making sense of financialization. **Socio-Economic Review**, v. 12, n. 1, p. 99-129, 2014.

VIEIRA FILHO, J. E. R. Heterogeneidad structural de la agricultura familiar en el Brasil. **Revista Cepal**, v. 111, p. 103-121, 2013.

_____. Transformação histórica e padrões tecnológicos da agricultura brasileira. *In: BUAINAIN, A. M. et al. (Eds.). O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola*. Brasília: Embrapa, 2014. p. 395-421.

VIEIRA FILHO, J. E. R. *et al.* Distribuição produtiva e tecnológica da agricultura brasileira e sua heterogeneidade estrutural. *In: INFANTE, R. et al. (Orgs.). Por um desenvolvimento inclusivo: o caso do Brasil*. Brasília: Ipea; Cepal; OIT, 2015. p. 147-187.

